



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Silvana Godinho dos Santos

**Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes:** Percepções e reflexões  
sobre as produções publicadas nos eventos na área do Serviço Social

Florianópolis  
2024

Silvana Godinho dos Santos

**Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes: Percepções e reflexões**  
sobre as produções publicadas nos eventos na área do Serviço Social

Trabalho de Conclusão de Curso submetido a Banca Examinadora do Curso de Graduação do Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liliane Moser

Florianópolis

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária - UFSC

Santos, Silvana Godinho dos  
Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes :  
Percepções e reflexões sobre as produções publicadas nos  
eventos na área do Serviço Social / Silvana Godinho dos  
Santos ; orientadora, Liliiane Moser, 2024.  
56 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro  
Socioeconômico, Graduação em Serviço Social,  
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Acolhimento Institucional. 3.  
Proteção Social. 4. Criança e Adolescente. 5. Serviço  
Social. I. Moser, Liliiane. II. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

Silvana Godinho dos Santos

**Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes: Percepções e reflexões**  
sobre as produções publicadas nos eventos na área do Serviço Social

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social

Florianópolis, 02 de agosto de 2024.

Insira neste espaço  
a assinatura

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Heloisa Teles  
Coordenação do Curso

**Banca examinadora**

Insira neste espaço  
a assinatura

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liliane Moser  
Orientadora

Insira neste espaço  
a assinatura

Prof.(a) Edilane Bertelli, Dr.(a)  
DSS/UFSC

Insira neste espaço  
a assinatura

Bruna Aparecida Pavoski Mulinari  
Assistente Social e Mestre em Serviço Social – PPGSS/UFSC

Florianópolis

2024

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço o CAMINHO que me conduziu ao conhecimento e proporcionou grandes conquistas que foram almejadas em um contexto de dificuldades e de superação a cada etapa concluída do curso. Agradeço a VERDADE que expande a mente para exercitar a reflexão e conduzir a uma postura crítica da realidade aparente. Sou imensamente grata a VIDA que tornou possível essa experiência do existir e se tornar alguém na vida que realiza um sonho de infância.

Obrigada a minha mãe Maria por acreditar que um dia eu chegaria na universidade, agradeço porque no ano de 1980 atendeu o pedido que fiz de me matricular na escola, sim, essa menina ainda não tinha a ideia qual lugar na vida queria chegar, mas já compreendia que adquirir conhecimento pode ser transformador.

Agradeço ao meu companheiro Emmanoel que caminha comigo a 36 anos e tem me apoiado desde o início do curso. Quero agradecer aos meus filhos, aos meus genros, a minha nora, aos meus netos, aos meus irmãos e sobrinhos que sempre me incentivaram e estiveram comigo. Obrigada pelo carinho, estou fortalecida pelo amor que recebo da minha família.

Gratidão a turma 309 - 2016.1 e a todos que encontrei nessa jornada de aprendizado, vocês me receberam sem ressalvas e contribuíram para que as manhãs na UFSC fossem agradáveis, muito obrigada por vibrarem com a minha conquista.

Meu grande agradecimento aos professores que fizeram parte da minha caminhada, que compartilharam conhecimento e foram essenciais para a construção dessa trajetória.

Gratidão a minha supervisora de campo Veronice Sutilli, aprendi muito com a sua conduta profissional, a construção da minha identidade profissional tem a sua marca, obrigada pelo tempo dispensado a me supervisionar durante o estágio.

Agradeço a minha orientadora Liliane Moser, obrigada por aceitar ser a minha orientadora no TCC, foi a maior alegria saber que nessa etapa final eu estaria sendo privilegiada com a sua companhia. Obrigada pelos direcionamentos que conduziram para a concretização deste trabalho e que tornaram esse momento mais tranquilo e de grande aprendizado.

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo analisar as produções que abordam o tema do acolhimento institucional para crianças e adolescentes nos eventos científicos na área do Serviço Social. A metodologia aplicada é analítica qualitativa de caráter exploratório. Na coleta de dados foram utilizados os instrumentos e técnicas de busca com as palavras “crianças e adolescentes” e “acolhimento institucional”. A busca ocorreu a partir de arquivos digitais dos eventos do Serviço Social entre os anos de 2018 a 2023, sendo possível localizar o total de trinta e oito (38) trabalhos com a temática do acolhimento institucional para crianças e adolescentes. A escolha dos trabalhos fora realizada perante a leitura das palavras-chaves e os resumos dos textos com intuito de selecionar aqueles que abordam somente o acolhimento institucional no formato para crianças e adolescentes. Para abarcar a melhor forma na empreitada da aplicação da análise, os trinta e oito (38) trabalhos selecionados estão divididos em três quadros com os seus respectivos eixos. Foram selecionados dezenove (19) trabalhos no eixo Acolhimento Institucional e a Proteção Social; oito (08) trabalhos no eixo do Serviço Social e o Acolhimento Institucional; para o eixo do Acolhimento Institucional e os Direitos de Crianças e Adolescentes foram selecionados onze (11) trabalhos. A análise está estruturada com o intuito de dialogar com esses três eixos temáticos e o referencial teórico selecionado para estruturar a discussão. Os resultados obtidos com a pesquisa constataam que os trabalhos apresentam dados e relatos do acolhimento institucional no Brasil, trazem discussões a partir das condições postas nessa medida de proteção e apresentam o lugar na sociedade em que se encontram as crianças e adolescentes que estão institucionalizados.

**Palavras-chave:** crianças e adolescentes; acolhimento institucional; proteção social.

## ABSTRACT

This course conclusion work aimed to analyze the productions that address the theme of Institutional Reception for Children and Adolescents in Scientific Events in the Area of Social Service. The methodology applied is qualitative analytical of an exploratory nature. In data collection, search instruments and techniques were used, such as the words “children and adolescents” and “institutional care”. The search took place using digital files of Social Service events between the years 2018 and 2023, making it possible to locate a total of thirty-eight (38) works with the theme of Institutional Reception for Children and Adolescents. The choice of works was carried out before reading the keywords and text summaries with the aim of selecting those that only address institutional care in the format for children and adolescents. To encompass the best way to apply the analysis, the thirty-eight (38) selected works are divided into three tables with their respective axes. Ten (19) works were selected in the Institutional Reception and Social Protection axis; 08 (eight) works in the Social Service and Institutional Reception axis; for the axis of Institutional Reception and the Rights of Children and Adolescents, eleven (11) works were selected. The analysis is structured with the aim of dialoging with these three thematic axes and the theoretical framework selected to structure the discussion. The results obtained from the research show that the works present data and reports on institutional care in Brazil, we bring studies based on the conditions imposed by this protection measure and present the place in society in which children and adolescents who are institutionalized find themselves.

**Keywords:** children and teenagers; institutional reception; social protection.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Buscas JOINPP 2019 – 2021- 2023.....	26
Quadro 2 - Buscas CBAS 2019-2022.....	29
Quadro 3 - Buscas SINESPP 2018- 2020- 2022.....	31
Quadro 4 - Buscas EIPS/ENPS 2018-2019-2020-2023.....	32
Quadro 5 - Eixo Acolhimento Institucional e Proteção Social.....	34
Quadro 6 - Eixo Serviço Social no Acolhimento Institucional.....	39
Quadro 7 - Eixo Acolhimento Institucional e Direitos de Crianças e Adolescentes. . .	46



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>PROTEÇÃO SOCIAL, OS DIRETOS DE CRIANÇA E ADOLESCENTE E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>14</b>
2.1	PERCURSO HISTÓRICO DA PROTEÇÃO SOCIAL.....	14
2.2	A PROTEÇÃO SOCIAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE: UMA ABORDAGEM NA PREVENÇÃO DAS SITUAÇÕES DE RISCO SOCIAL.....	20
2.3	O CONTEXTO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUAS DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS.....	22
<b>3</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS TRABALHOS QUE ABORDAM O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>25</b>
3.1	APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS SELECIONADOS NOS EVENTOS DO SERVIÇO SOCIAL.....	26
3.2	ANÁLISE DOS TRABALHOS COMPILADOS PARA O EIXO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E A PROTEÇÃO SOCIAL.....	34
3.3	ANÁLISE DOS TRABALHOS COMPILADOS PARA O EIXO O SERVIÇO SOCIAL E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.....	39
3.4	ANÁLISE DOS TRABALHOS COMPILADOS PARA O EIXO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E OS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	45
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>50</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo analisar as produções que abordam o tema do acolhimento institucional para crianças e adolescentes nos eventos científicos na área do Serviço Social. Diante desse objetivo, pretende-se identificar como o tema do acolhimento institucional é abordado, conhecer as questões que norteiam o estudo dos autores, analisar dentro das produções a proteção social, a questão social e os direitos de crianças e adolescentes atendidos no serviço de acolhimento institucional.

O presente estudo foi motivado a partir da aproximação da temática da criança e do adolescente no curso de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Diante do artigo 12, do Código de Ética do/a Assistente Social, constitui direito do/a assistente social “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”. Desse modo, o estudante está direcionado a iniciar a aproximação da academia com a realidade social pela regulamentação da Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (PNE/ABEPSS).

Sendo assim, a realização do Estágio Obrigatório I, II e III na Casa da Criança<sup>1</sup> do Morro da Penitenciária motivou a aproximação com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), a participação nas Plenárias do Conselho possibilitou aprofundar a temática da criança e adolescente e, conseqüentemente conhecer as demandas que circundam a Proteção Social e a garantia de direitos.

O estágio na Casa da Criança proporcionou conhecer a realidade das crianças, dos adolescentes e das famílias da comunidade do entorno do Morro da Penitenciária. Por meio do acompanhamento dos atendimentos, nas visitas domiciliares e da vivência do cotidiano da instituição tornou-se possível identificar algumas das famílias que tiveram filhos encaminhados a medida protetiva de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

---

<sup>1</sup>Trata-se de uma Organização Não Governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1988 para prestar atendimento socioeducativo para crianças e adolescentes do Morro da Penitenciária, no Bairro da Trindade, em Florianópolis (SC). A instituição é fruto da organização popular originada nas CEBS em articulação com a Paróquia da Santíssima Trindade. Atualmente caracteriza-se como um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos vinculado a política de assistência social.

Sendo assim, levantou-se o questionamento de quais condições estão postas nesse contexto de medida de proteção, que implica no afastamento da criança e do adolescente da convivência familiar e comunitária por terem seus direitos ameaçados ou violados: “por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por omissão ou abuso dos pais ou responsáveis; em razão de sua conduta” ECA (1990). As crianças e adolescentes são sujeitos de direitos com proteção integral e prioritária, a medida de acolhimento institucional deve ser provisória e excepcional, sem implicar na privação de liberdade da criança ou do adolescente (Lei nº 12.010, de 2010).

O acolhimento institucional é uma medida emergencial e excepcional, está amparado por documentos oficiais como o ECA, a PNAS, o SUAS, o Plano Nacional De Convivência Familiar e Comunitária/PNCFC (2006) e as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes CONANDA (2009).

Crianças e adolescentes têm a garantia do direito à convivência familiar e comunitária, para tanto, está prevista a implantação de políticas públicas para sua efetivação mediante ações municipalizadas. Nessa direção, “A organização do SUAS como um sistema pressupõe a articulação da rede socioassistencial com as demais políticas públicas e com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e elege a família como foco central de atenção” (BRASIL, p. 21). Porquanto, estão previstas iniciativas que visem a prevenção de situações de risco e de medidas de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

No entanto, nesse mesmo contexto de ampliação da seguridade social no Brasil, ocorreram tensionamentos que favoreceram o avanço do neoliberalismo ampliando e valorizando as virtudes da regulação pelo mercado. “Pois, se de um lado o Estado brasileiro aponta constitucionalmente para o reconhecimento de direitos, por outro se insere num contexto de ajustamento a essa nova ordem capitalista internacional” (Yazbek, 2008, p.13).

Desse modo, o caminho histórico da seguridade social perpassa pela crise estrutural do capital e tem profunda relação com trabalho e os direitos sociais (Behring; Almeida, 2008, p.154). Esses elementos demonstram que o desenvolvimento das políticas sociais está condicionado as desigualdades políticas, econômicas e sociais.

Sendo assim, as questões que perpassam a proteção de crianças e adolescentes devem ser discutidas pelo Serviço Social com uma abordagem que

contempla as determinações históricas e a realidade que está em permanente transição. Portanto, “A característica mais importante dessa realidade histórica é a situação de estar, não de ser” (Richardson, 1999, p. 30).

Diante disso, para discutir os desdobramentos e implicações do acolhimento institucional de crianças e adolescentes foram selecionados trabalhos nos eventos científicos do Serviço Social num determinado período histórico. A pesquisa se voltará para uma análise qualitativa, considerando mais adequada às indagações decorrentes da problemática apresentada.

Dessa forma, dada a busca pela compreensão das condições que norteiam o fenômeno histórico e social, o método da pesquisa será o dialético para abarcar todo o processo de investigação e análise, “considerando a contradição e o conflito; o devir; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários” (Lima, Miotto, 2007, p. 39).

Segundo Paviani (2009), o pesquisador deve explicitar as ações metodológicas e seus pressupostos teóricos, “pois o verdadeiro método consiste na articulação de um conjunto de elementos que caracterizam determinado processo de conhecer, efetivado numa determinada linguagem e numa concepção de realidade”.

Desse modo, a pesquisa aborda o tema do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, sendo realizada a busca a partir de arquivos digitais de alguns dos mais importantes eventos do Serviço Social entre os anos de 2018 e 2023, eventos como: a JOINPP (Maranhão), o SINESPP (Piauí), o ENPS (Vitória) e o CBAS (Brasília). O instrumento desenvolvido para a coleta dos dados teve como base os descritores “acolhimento institucional” e “crianças e adolescentes”, com o objetivo de encontrar textos que problematizem o tema da criança e do adolescente em acolhimento institucional.

A busca ocorreu nos trabalhos publicados nos anais dos eventos da **IX Jornada Internacional de Políticas Públicas (IX JOINPP 2019)**, da mesma forma na **(X JOINPP 2021)** e na **(XI JOINPP 2023)**; do **II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas (II SINESPP 2018)**, do **(III SINESPP 2020)** e do **(IV SINESPP 2022)**; do **6º Encontro Internacional de Política Social 13º Encontro Nacional de Política Social (EIPS/ENPS 2018)** do **7º Encontro Internacional de Política Social 14º Encontro Nacional de Política Social (EIPS/ENPS 2019)**, do **8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social (EISP/ENPS 2020)**, do **9º Encontro Internacional de**

**Política Social 16° Encontro Nacional de Política Social (EIPS/ENPS 2023); do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (XVI CBAS 2019) e do (XVII CBAS 2022).** A busca nos eventos possibilitou a localização do total de trinta e oito (38) trabalhos com a temática do acolhimento institucional para crianças e adolescentes. A escolha dos trabalhos foi realizada perante a leitura das palavras-chaves e os resumos dos textos com intuito de selecionar aqueles que abordem somente o acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

Na etapa seguinte foi realizada a leitura dos resumos de forma mais atenta para identificar se todos os textos estavam de acordo com o critério proposto na busca. Com os trabalhos selecionados foram desenvolvidos quadros que organizam os textos, informando o nome dos autores, as palavras-chaves e o ano de publicação dos trabalhos nos eventos.

Após a busca nesses eventos, o momento seguinte foi de análise dos dados obtidos na consulta bibliográfica conforme o referencial teórico constituído para o processo da pesquisa. Segundo Lima e Mito (2007), é quando o pesquisador empreita na explicação fundamentada em categorias e conceitos que foram aprofundadas com os autores que dialogam com o tema.

Em suma, essa fase é de “reflexão e de proposição de soluções, baseada no material de estudo que compôs a pesquisa” (Lima, Mito, 2007). Ademais, com a contribuição da análise de dados, serão apontados os resultados da pesquisa, os tópicos que os autores mais abordam sobre o tema nas produções teóricas do Serviço Social.

A partir da organização dos trabalhos encontrados, e por meio da leitura mais atenta busca-se apontar as questões que estão sendo discutidas pelos autores, evidenciar a proteção social de crianças e adolescentes e identificar as ações do Serviço Social no Acolhimento Institucional.

Porquanto, para ilustrar a melhor forma de análise de tão vasto conteúdo, os trinta e oito (38) trabalhos selecionados estão divididos em três quadros com os seus respectivos eixos. Foram selecionados dezenove (19) trabalhos no eixo Acolhimento Institucional e a Proteção Social; oito (08) trabalhos no eixo do Serviço Social e o Acolhimento Institucional; para o eixo do Acolhimento Institucional e os Direitos de Crianças e Adolescentes foram selecionados onze (11) trabalhos. A análise visa dialogar com esses eixos temáticos e o referencial teórico selecionado para estruturar a discussão.

## **2 PROTEÇÃO SOCIAL, OS DIRETOS DE CRIANÇA E ADOLESCENTE E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

### **2.1 PERCURSO HISTÓRICO DA PROTEÇÃO SOCIAL**

A história do mundo apresenta inicialmente a proteção social como uma ajuda que deve ser feita aos pobres, aos doentes e aos que se encontram sem condições de ter o mínimo para continuar existindo. A beneficência é uma característica que marcou a trajetória da assistência, dificultando o reconhecimento dos direitos sociais. Diante disso, (Cardoso Jr; Jaccoud, 2009, p.190) relatam que “[...] assistiu-se cedo ao florescimento de ações assistenciais na oferta de proteção a populações pobres classificadas como vulneráveis e consideradas incapazes para o trabalho”.

Segundo Pereira (2006, p. 103), a Inglaterra desenvolveu a partir de 1536 as Leis dos Pobres (Poor Law), uma iniciativa pré-capitalista que visava a coerção e a manutenção da ordem social. Diante disso, foram criadas casas de trabalho que recebiam os indigentes que estavam capazes para o trabalho. Posteriormente as crianças e os que não poderiam trabalhar por sua condição de incapacidade ou doença passaram a “viver asilados e rigorosamente controlados por essas instituições[...]” (Pereira, 2006, p. 104). Esses locais eram considerados como prisões para corrigir o “ócio e a vagabundagem”.

Nesse contexto, o trabalho dos pobres não tinha um valor mínimo, eles eram forçados a trabalhar sem saber o valor que receberiam. Diante dessas condições e do agravamento da pobreza foi criada no ano de 1795 a Speenhamland Law que passou a reconhecer um mínimo essencial para subsistência humana “assegurando aos trabalhadores pobres uma renda mínima independente de seus proventos” (Behring; Boschetti 2016, p. 49). Nessa mesma direção as autoras relatam que, em 1834 foi instituída a Nova Lei dos Pobres (Poor Law Amendment Act) revogando a Speenhamland Law e desempenhando funções essenciais para o período favorável da Revolução Industrial, agindo para liberar a mão de obra e estabelecer uma sociedade de mercado.

Segundo Teixeira (1985, p.401), “as primeiras medidas de proteção social tiveram origem em um contexto rigidamente liberal, no qual se negava a

necessidade de intervenção estatal nas questões de natureza social. [...]”. No entanto, devido a ineficácia do mercado em conduzir as tensões geradas das relações de trabalho, o Estado<sup>2</sup> passa a ser cada vez mais participante, atuando na regulação do trabalho e na reprodução das condições exigidas pelo mercado.

Tendo em vista a intensificação da exploração do trabalho e a “pauperização massiva desses primeiros trabalhadores das concentrações industriais” (Yazbek, 2008, p.05), acontece a mobilização dos trabalhadores, esse é o meio pelo qual as suas reivindicações vão alcançar êxito. A luta assegurou grandes conquistas que repercutiram na ampliação dos direitos políticos. Nesse sentido, (Bering, Boschetti, 2016, p. 64) discorrem que os direitos políticos alcançam a todos de forma distinta dos direitos civis, os direitos políticos são coletivos e não está condicionado na relação entre indivíduo e propriedade privada.

Portanto, ao Estado cabia realizar a tarefa de intervir no mercado e regular a economia para preservação e expansão do modo de produção capitalista. Nesse sentido, Silva (1997, p.29) afirma que a primeira iniciativa de garantia de proteção social se concretiza na Alemanha, num regime fortemente repressor com o intuito de conter a capacidade de luta dos trabalhadores. O Chanceler Otto Von Bismarck instituiu a partir de 1883 a Lei do Seguro Doença, a Lei do Seguro Acidente de trabalho a Lei do Seguro de Invalidez e Velhice. Na lógica do seguro social essas leis protegiam apenas os assalariados e surgiram num contexto de fortes mobilizações da classe trabalhadora (Bering, Boschetti, 2016, p.65).

Yazbek (2008) discorre que a luta dos trabalhadores coloca as reivindicações operária em destaque na pauta política e alcança o reconhecimento das desigualdades existentes forçando o Estado a intervir na para regular as condições de vida e trabalho. Nesse sentido, lamamoto (1982) salienta que “o desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado da implementação de políticas[...]” (lamamoto; Carvalho, 2014, p.135- 41 ed). Porquanto, as lutas são processos que tensionam e exigem respostas para as desigualdades sociais.

---

<sup>2</sup> Conforme afirma Cardoso e Jaccoud (2009, p. 185), “Enquanto a pobreza operária correspondeu, nas sociedades modernas, a uma questão social ligada ao trabalho, já amplamente reconhecida na Europa em meados do século XIX e no Brasil no primeiro quarto do século XX, outras situações de pobreza, pensadas como pobreza de populações específicas ou pautadas em termos gerais, observaram trajetórias distintas em sua legitimação como objeto direto de intervenção pública ou estatal de proteção social”

No Brasil as iniciativas de proteção social têm um marco na organização dos trabalhadores das Estradas de Ferro com a criação da Caixa de Socorro para os trabalhadores nos casos de morte e invalidez. Essa iniciativa de proteção social passou a ser seguida [...] pelas categorias profissionais mais organizadas politicamente e importantes do ponto vista econômico (Silva, 1997, p.31).

A partir da proclamação da República em 1889, se intensificam as lutas em torno de mais garantias para os trabalhadores. Nesse período em 1891 acontece a regulamentação do trabalho infantil, por meio da primeira legislação da infância. Contudo, essa intenção de proteção à infância não se concretizou. Em 1907 os trabalhadores ganham o direito de organização sindical; em 1911 a jornada de trabalho é reduzida para 12 horas diária, mas a lei não se concretiza; em 1919 ocorre a regulamentação dos acidentes de trabalho de forma pontual; o Código de Menores foi aprovado em 1927, tendo o objetivo de ser punitivo e controlador (Behring; Boschetti, 2016, p. 80). As autoras também relatam que a passagem para o século XX tem-se a forte organização dos trabalhadores e o reconhecimento dos direitos sindicais que passam a incidir no poder político e social, com algumas conquistas que não atingiam a coletividade e não assumem condição de direitos. Contudo, foram essas movimentações dos trabalhadores que resultaram na aprovação da lei Eloy Chaves. Diante disso, as autoras também afirmam que:

O ano de 1923 é chave para a compreensão do formato da política social brasileira no período subsequente: aprova-se a lei Eloy Chaves, que institui a obrigatoriedade de criação de Caixas de Aposentadorias e Pensão (CAPs) para algumas categorias estratégicas de trabalhadores, a exemplo dos ferroviários e marítimos, dentre outros. Por que estratégicas, e conseqüentemente com maior poder de pressão? Naquele momento, o Brasil tinha uma economia basicamente fundada na monocultura do café voltada para a exportação – eis aqui a base da nossa heteronomia -, produto responsável por cerca de 70% do PIB nacional. Por isso os direitos trabalhistas e previdenciários foram reconhecidos para aquelas categorias de trabalhadores inseridas diretamente nesse processo de produção e circulação de mercadorias (Behring; Boschetti, 2016, p. 80)

Segundo relata (Teixeira, 2007, p. 50) “Os IAPs representam a nova direção na intervenção do Estado, que deixa de ser mero regulador, normatizador, para colocar-se como responsável pelas estruturas de proteção social.” Nesse sentido, compreende-se que a década de 1930 é marcada pelo reconhecimento da questão social mediante atuação do Estado, que passa a desenvolver medidas para regular o trabalho das categorias mais organizadas. Contudo, como destaca a autora,



somente os trabalhadores que estavam inseridos no mercado formal, mediante contribuição, acessavam a proteção social Estatal. Porquanto, para o trabalhador pobre o Estado fomentou as obras sociais e filantrópicas com a regulamentação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA)

Nesse sentido, (YASBEK, 2008, p.11) esclarece que as “[...]ações paternalistas e de prestação de auxílios emergenciais e paliativos à miséria vai interferir junto aos segmentos mais pobres da sociedade mobilizando a sociedade civil e o trabalho feminino”. A infância a adolescência, os idosos e os vulneráveis são alvo da Assistência Social. A autora também sinaliza que a Santa Casa de Misericórdia, criada em 1543, para receber crianças abandonadas nas rodas dos “expostos”, demonstra que a filantropia está enraizada na história do Brasil.

Diante desse contexto de atuação do Estado nas condições do trabalhador brasileiro, Pereira (2006) afirma que a política social já estava estabelecida, todavia não poderia avançar pela subordinação à política econômica. Contudo, nesse período foram desenvolvidas medidas de fomento ao modelo de proteção social no Brasil.

Nessa direção, (Behring; Boschetti, 2016, p.108) discorrem que nesse período introdutório para a política social no Brasil ocupou-se de dois momentos para se estabelecer “o modelo corporativista e fragmentado do reconhecimento dos direitos sociais no Brasil” que são: o primeiro momento é o reconhecimento pelo Estado das categorias de trabalho com a Constituição de 1937; o segundo momento é a Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), em 1943.

Diante disso, destaca-se que:

A proteção social prestada pelos IAPs expandia-se para além da dimensão previdenciária, com cobertura dos riscos tradicionais de incapacidade, velhice ou morte. Eram prestados aos segurados serviços de assistência médico-hospitalar, além de intervenções no campo da habitação e da alimentação, por meio das carteiras hipotecárias dos IAPs e do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Mas cabe ressaltar que, fora do âmbito de cobertura dos IAPs, nenhuma outra ação de peso no campo da prestação de serviços de saúde, alimentação ou habitação foi desenvolvida na esfera pública até meados da década de 1960. (Cardoso Jr; Jaccoud, 2008, p. 200).

Nessa direção. após o regime populista, no ano de 1964, a ditadura militar busca conter a força popular com alianças estratégicas que tornarão possível a

consolidação e ampliação do sistema de proteção social público no Brasil. Diante disso e num contexto de repressão o regime militar se coloca na frente para atender [...] as reivindicações dos trabalhadores, com as bandeiras de reformas de base, de lutas e reivindicações no campo, tais como as ligas camponesas e os sindicatos rurais, e suas lutas por reformas agrárias, dentre outras frentes de lutas[...] (Teixeira, 2007, p. 52).

Além disso, as medidas do período do governo da ditadura militar serviram aos interesses da acumulação do capital, ocasionando um grande crescimento econômico. Todavia, devido a concentração de renda, as desigualdades sociais acompanharam esse processo e se intensificaram (Silva, 1997, p.42).

A partir de 1975, tendo em vista aos primeiros sinais de que o projeto do regime estava desgastado, tornou-se possível nos anos seguintes, a dissolução lenta do regime num contexto “de transição para a democracia que irá condicionar em muito a adesão brasileira às orientações conservadoras neoliberais, já em curso no nível mundial[...] (Behring; Boschetti, 2016, p.138).

Dante disso, a sociedade mobilizou-se e alcançou significativos avanços em relação aos direitos civis e políticos. Como também, com a pauta das eleições diretas para Presidente da República. Ademais, esse período partiu da reorganização institucional para a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, que instituiu “[...]uma concepção de proteção social na qual tanto os direitos sociais quanto as políticas concretizadoras desses direitos receberam atenção especial” (Pereira, 2006, p. 148). Nessa direção, a Constituição Federal de 1988 reformulou o sistema de proteção social no Brasil. A referida autora também relata que:

Na área social, as novas diretrizes contidas na Constituição previam: maior responsabilidade do Estado na regulação, financiamento e provisão de políticas sociais; universalização do acesso a benefícios e serviços; ampliação do caráter distributivo da seguridade social, como um contraponto ao seguro social, de caráter contributivo; controle democrático exercido pela sociedade sobre os atos e decisões estatais; redefinição dos patamares mínimos dos valores dos benefícios sociais; e adoção de uma concepção “de mínimos sociais” como direito de todos (Pereira, 2006, p. 153).

Além disso, em relação a proteção de crianças e adolescentes, a Constituição Federal de 1988, no artigo 227 define o direito à convivência familiar e comunitária como fundamental, ao lado do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à dignidade e à liberdade. Sendo dever da família, da sociedade e do

Estado, assegurar desse direito. Diante do direcionamento constitucional, várias ações passam a ser desenvolvidas para que os direitos instituídos sejam concretizados. “Essas ações, a partir de políticas de médio e longo prazo, têm repercutido diretamente na elaboração de planos, resoluções, decretos, orientações técnicas, programas, projetos e serviços que retratam políticas públicas de responsabilidade do Estado” (Valente, 2020, p.71).

Diante disso, a Constituição Federal inseri a Assistência Social, no seu artigo 194, na categoria da seguridade social não contributiva, ao lado da saúde e da previdência social, como política de proteção social para quem dela necessitar. Nesse sentido, em 1993, a Lei nº 8.742, estabelece a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que passa a reconhecer a Assistência Social como uma Política Pública de direito do cidadão e dever do Estado. Sposati (2007) discorre que:

Na gestão pública brasileira, a CF-88 e a Loas determinaram, para todo o território nacional, uma nova delegação político-programática no âmbito das políticas sociais públicas denominadas “assistência social”. A consolidação desses dispostos legais exige ter estrategicamente claro o âmbito das necessidades sociais da população brasileira que deverão ser problematizadas, gestadas e providas por essa política como sua particularidade dentre as demais. Trata-se, portanto, de um paradigma fundado no conhecimento da realidade social brasileira com alcance de leitura para além do genérico, das médias, das aproximações grosseiras. A construção do conhecimento da realidade social brasileira para subsidiar a política social pública precisa entender a população e a demanda como agentes vivos, com capacidades e forças que interagem e vivem coletivamente em um dado território como expressão dinâmica de um espaço social. Dados gerais percentuais não dão conta dos elementos da vida que compõem essas necessidades e às pré-condições existentes para seu enfrentamento que, face às diversidades regionais do território brasileiro, precisam ser particularizadas em novos conhecimentos (Sposati, 2007, p. 445)

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 apresenta os princípios, diretrizes, objetivos, definição dos usuários e arranjos de gestão. Em 2005 o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a Norma Operacional Básica e regulamentou o SUAS. A (PNAS) já previa a estruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual foi instituída em 2011 pela Lei nº 12.435.

Diante da abordagem da trajetória da proteção social no Brasil e do contexto que se efetiva a Constituição Federal de 1988, há que se considerar que a hegemonia neoliberal estava estabelecida no mundo. Como relata Baptista, 2012, p.186) [...]cuja ideologia é expropriadora dos direitos sociais e joga na competição

selvagem do mercado o destino de milhões de pessoas. Assim, diante dessas condições, os ideais neoliberais acompanham as ações desenvolvidas para a garantia de proteção social no Brasil, dificultando o seu alcance e a sua efetivação. Nessa direção, a seguir se discutirá as ações em torno da garantia dos direitos de proteção social às crianças e adolescentes no Brasil.

## 2.2 A PROTEÇÃO SOCIAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE: UMA ABORDAGEM NA PREVENÇÃO DAS SITUAÇÕES DE RISCO SOCIAL

A história da construção dos direitos infantojuvenil demonstra que não havia cuidados necessários ao desenvolvimento integral como preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Segundo Veronese (2013, p. 49), a Lei nº 8.069/90 reconhece que “toda criança e adolescente são merecedores de direitos próprios e especiais que, em razão de sua condição específica de pessoas em desenvolvimento, estão a necessitar de uma proteção especializada, diferenciada e integral”.

Além disso, conforme previsão do art. 98, do ECA, a situação de risco é considerada quando uma criança ou adolescente está com seus direitos ameaçados ou violados em razão de ação ou omissão dos pais, dos responsáveis, do Estado, da sociedade ou em decorrência de sua própria conduta e, por essa razão, merece especial proteção.

Nessa direção, Bressan (2016) discorre que o ECA define no artigo 4º que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público a efetivação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, com isso, se está conduzindo as ações na perspectiva da integralidade.

Nesse sentido, Valente (2020) relata que:

Pode-se afirmar que, durante a primeira década da implantação do ECA, foram concretizadas importantes ações, muitas de natureza educativa e informativa e outras de organização em nível nacional, estadual e municipal, que exigiram a instauração das diversas ações previstas no Sistema de Garantia de Direitos, tais como: a implementação dos programas descritos no artigo 90, dos Conselhos Tutelares, a organização dos fundos dos direitos da criança e do adolescente, os Conselhos de Direitos bem como as conferências. O mesmo pode ser dito quanto à reorganização dos órgãos de defesa, como do Ministério Público, das Varas da Infância e da Juventude e das Defensorias Públicas. Destaca-se a importância do trabalho dos Fóruns de Defesa e da sociedade civil organizada. (Valente, 2020, p. 72)

Diante disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (Lei nº 8.069/90) fundamenta a Doutrina de Proteção Integral e requer uma postura integrada e participativa dos atores sociais envolvidos na garantia de direitos. Nessa direção, conforme relata Baptista (2012), como possibilidade de concretização dos direitos, buscou-se ações que culminaram no Sistema de Garantia de Direitos – SGD. Os eixos da promoção, proteção ou defesa e controle social direcionam os diversos atores sociais e suas respectivas áreas de atuação. O eixo da promoção vincula-se aos atores sociais que são responsáveis por formular e executar as políticas sociais que buscam efetivar os direitos; o eixo da Proteção ou Defesa relaciona-se com a garantia dos direitos e o acesso à justiça; o eixo do Controle Social efetiva-se na representação da população pelas organizações da sociedade civil.

Dessa forma, pressupõe que haja empenho do poder público através da implementação de políticas públicas que sejam integradas em ações que busquem efetivar os direitos de crianças e adolescentes. Porém, essa articulação deve buscar o reconhecimento de cada área de atuação para que se tenha clareza na condução e na direção da ação.

Assim, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), na Resolução 113 de 2006 consolida o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). Contudo, a luta pela proteção integral e a busca pela efetivação de um sistema que tenha como objetivo a proteção integral, tem seus desdobramentos desde a Constituição de 1988 e pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal Nº 8069/1990. Sendo assim, o SGDCA é constituído por uma articulação e integração entre Estado, as famílias e a sociedade civil para orientar a formulação, implementação e o controle das políticas públicas em todas as esferas do governo (BRASIL/CONANDA, 2006).

Nessa direção, destaca-se a aprovação do PNCFC/2006, que articula as ações no desenvolvimento de políticas públicas que assegurem o direito da convivência familiar e comunitária; busca promover o atendimento das crianças e adolescentes na sua totalidade. Visto que o PNCFC/2006 está organizado primordialmente “[...] na prevenção do rompimento dos vínculos familiares, na qualificação do atendimento dos serviços de acolhimento e no investimento para o retorno da criança e do adolescente ao convívio com a sua família de origem ou extensa.” (Valente, 2020, p. 76).

Além disso, segundo Costa e Silvestre (2020), com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social e a instituição do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) tornou-se possível a ampliação de uma rede de equipamentos públicos, serviços e benefícios; a instalação dos CRAS e dos CREAS; como também, a elaboração dos equipamentos para executar os serviços de proteção social de alta complexidade. Ainda, resultou na aprovação da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, que visam o atendimento de pessoas em situações de risco social, tendo como principal público alvo, as crianças e adolescentes.

Assim sendo, buscou-se trazer nesse breve relato as ações desenvolvidas em torno dos direitos reconhecidos das crianças e dos adolescentes pela Constituição Federal de 1988 e pelo ECA/90. Ademais, há que se indagar a aplicabilidade dessas ações, o seu alcance e a sua efetividade. Posto isso, na próxima seção será discorrido sobre as determinações históricas do contexto da institucionalização de crianças e adolescentes, visto que o acolhimento institucional é uma medida que implica na retirada de crianças e adolescentes da convivência familiar e comunitária.

### 2.3 O CONTEXTO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUAS DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS

A infância não era percebida conforme está formulada atualmente, as crianças eram vestidas com a mesma roupa de um adulto e não havia um cuidado diferenciado para essa fase da vida, o traje da época aponta o quanto a infância não recebia os cuidados diferenciados para a condição de pessoa que está em crescimento e desenvolvimento Ariès (1981).

Segundo Marcílio (1998) o abandono era uma realidade das crianças na Europa, essa era uma conduta tolerada aceita e introduzida na sociedade. As rodas e os hospitais de expostos recebiam as crianças e tinham a incumbência de cuidar e proteger, mas devido ao grande número de abandonos e a precária realidade dessas instituições aliado a forma que se dava o transporte dessa criança e o desleixo dos adultos com a infância, a história revela um verdadeiro genocídio infantil por quase todos os países europeus.

O final do século XVIII é marcado pela intensa propagação dos “interesses pelos direitos e pela situação do ser humano” Atrelado as grandes transformações

sociais, políticas e econômicas, buscava-se “uma maior intervenção do Estado nas questões de saúde pública e de assistência aos pobres e aos necessitados”. (Marcílio, 1998, p.74).

No Brasil, segundo Rizzini; Rizzini (2004) Historicamente a institucionalização de crianças e adolescentes é realizada desde a colonização, os padres jesuítas criaram escolas para catequizar os índios, para ensinar a cultura religiosa e educar os filhos da camada privilegiada da população.

Nessa direção, Marcílio (1998) relata que os jesuítas em nenhum momento se interessaram pela vida dos enjeitados. A criança abandonada era atendida pela Câmara Municipal, mas por meio de convênios puderam delegar os serviços as Santas Casas de Misericórdias. Diante disso, surgiram as Rodas e Casas de expostos.

Segundo Arantes (2022), a partir da Lei do Ventre Livre e da Abolição da Escravatura, o formato de assistência à infância toma outros rumos, as crianças que agora eram livres e pobres começam a serem encontradas pelas ruas das grandes cidades.

Nesse sentido, Rizzini (2008) relata em seus estudos que no final do século XIX a cidade expressava um novo hábito, acumulavam-se nas ruas a população de todos os níveis sociais, contudo, as crianças circulavam livres entre o abandono e a pobreza.

Sendo assim, Arantes (2008) relata que em 1890, o Código Penal “[...] regulamentou a idade da imputabilidade penal em nove anos, permitindo o envio de crianças e adolescentes para as casas de detenção.” Dessa forma, o Estado precisava se adequar a partir daí para corrigir as crianças pobres que passaram a serem vistas como problema.

Conforme relata Rizzini (2008), o movimento higienista chega no Brasil ao final do século XIX sendo uma forma de controlar a família atuando sobre a infância. A questão abre espaço para a imposição de uma prática moralizadora que determina as condições de vida da criança pobre. Sendo assim, o país começa a desenvolver uma assistência filantrópica de preparação da criança abandonada e pobre para o trabalho.

No século XX, segundo os estudos de Marcílio (1998) passou-se ampliar a discussão sobre a idade penal, sendo debatidos outros métodos no campo da justiça e da assistência. Nessa direção, em 1924 foi criado o Juízo Privativo de Menores

Abandonados e Delinquentes e o Código de Menores em 1927. A partir daí a assistência à infância passa a ser responsabilidade do Estado, ainda que não se tenha clareza na definição da atuação estatal. Nessa direção, a constituição de 1939 atribui ao Estado a garantia de condições especiais para a educação profissional; em 1941 a assistência a infância foi ampliada com a criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM); com os militares no poder foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor; em 1979 foi elaborado o Estatuto do Menor. Assim, surgiram as Febems para abrigar a infância desamparada e pobre que não se ajustava aos padrões normativos.

Para a realidade das famílias pobres, a entrega dos filhos para serem criados nessas instituições era uma forma de permitir que eles pudessem ter comida, roupas e uma formação. Contudo, essas famílias eram vistas como desestruturadas passíveis de ajustes comportamentais. Nesse sentido, (Rizzini; Rizzini, 2004, p. 39) afirmam que “As representações negativas sobre as famílias cujos filhos formavam a clientela da assistência social nasceram junto com a construção da assistência à infância no Brasil”.

Diante desse contexto apresentado Arantes (2008) afirma que:

No entanto, em que pese o artifício de transformar pobreza em abandono, o problema da assistência à infância permaneceu sempre por ser devidamente equacionado, na medida em que ao definir este abandono de maneira abrangente a legislação fazia com que a rede de atendimento tivesse por objetivo abarcar todos os efeitos da pobreza, subsumindo funções de abrigo, casa, escola, hospital e prisão. Se isto, por um lado, sempre permitiu a seus agentes um poder muito grande sobre os menores pobres e suas famílias, por outro, tal empreitada sempre esbarrou não apenas nos minguados recursos disponíveis para a assistência como também em dificuldades de natureza ética e política, e mesmo jurídica. Aquilo que se tornava visível pela atuação técnica como “desestruturação familiar” (crianças nas ruas ou separadas em diferentes lares e internatos; mães solteiras ou distantes geograficamente de seus companheiros; pais ou mães desempregados ou internados em hospitais gerais, psiquiátricos ou encarcerados em presídios; pais mortos ou desaparecidos; crianças pequenas cuidadas por irmãos apenas um pouco mais velhos; etc.) era, na grande maioria das vezes, a própria condição de existência e sobrevivência das famílias pobres no Brasil. (Arantes, 2008, p.04)

Já na década de 1980 com o aumento da violência e o crescimento da população imersa na pobreza, a sociedade se organiza para defender os direitos da criança, que por vezes era violado pela polícia e nas Febems Marcílio (1998).

Nesse contexto, em 1988 foi promulgada a Constituição Federal, estabelecendo em seu artigo 227 a Doutrina da Proteção Integral. Em 1990 foi



aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diante disso. (Vieira, 2008, p. 187) afirma que o texto da Convenção Internacional dos Direitos da Criança fundamentou a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Diante disso, o acolhimento institucional é atualmente regido pela Lei nº 8.069 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, discutida e alterada pela Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, denominado Lei Nacional de Adoção, que dispõe em especial sobre o direito da criança e do adolescente à convivência familiar.

Por fim, como afirma Rizzini (2009), não podemos esquecer a história e a memória atual para que possamos construir uma possibilidade de mudança de uma cultura de esquecimento. Com isso, apreende-se que lembrar implica em reafirmar os direitos das crianças e dos adolescentes, contribuindo para a efetivação da política de atendimento que cumpra o que se conquistou como direito. Na mesma direção, buscando refletir o passado para que o conceito de institucionalização da infância e da adolescência não persista no Brasil.

Posto isso, na próxima seção serão apresentados os trabalhos selecionados nos eventos do Serviço Social que abordam o tema do acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Pretende-se diante disso, formular uma análise que revele os assuntos que permeiam as produções científicas.

### **3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS TRABALHOS QUE ABORDAM O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA PRODUÇÃO TEORICA DO SERVIÇO SOCIAL**

Nesta seção serão apresentados os trabalhos selecionados e publicados nos Anais de alguns eventos científicos do Serviço Social entre 2018 e 2023. A busca dos mesmos partiu dos descritores “acolhimento institucional” e “crianças e adolescentes”, com o objetivo de encontrar textos que abordam o tema da criança e do adolescente em acolhimento institucional. Os trabalhos encontrados estão agrupados em quadros contendo os títulos dos trabalhos, as palavras chaves, o ano de publicação e o nome do evento. Após a organização dos textos, busca-se apontar as questões centrais que estão sendo discutidas pelos autores, evidenciar a proteção social de crianças e adolescentes e identificar as ações profissionais do Serviço Social no Acolhimento Institucional.

### 3.1 APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS SELECIONADOS NOS EVENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

A busca dos trabalhos com a temática do acolhimento institucional para criança e adolescente iniciou-se pela IX Jornada Internacional de Políticas Públicas (IX JOINPP), ocorrido entre os dias 20 e 23 de agosto de 2019, com o tema **“Civilização ou Barbárie: o futuro da humanidade”** sendo possível encontrar três (03) trabalhos; diante da X Jornada Internacional de Políticas Públicas (X JOINPP), que aconteceu entre os dias 16 e 19 de novembro 2021, com o tema **“Trabalho Alienado, Destruição da Natureza e Crise de Hegemonia: consciência de classe e lutas sociais na superação da barbárie”** foi localizado quatro (04) trabalhos; durante a busca na XI Jornada Internacional de Políticas Públicas (XI JOINPP), realizada entre os dias 19 e 22 de setembro de 2023, com o tema **“Reificação Capitalista e Emancipação Humana Como Necessidade Histórica: formação da consciência de classe na luta de hegemonias” - Cem anos de História e consciência de classe de Lukács”** foram localizados seis (06) trabalhos. A busca realizada na (IX JOINPP 2019), na (X JOINPP 2021) e na (XI JOINPP 2023), possibilitou localizar o total de treze (13) trabalhos com os descritores: acolhimento institucional e crianças e adolescentes.

O evento da Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP) acontece a cada dois anos e faz parte do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, com objetivo de ser uma ação estratégica para “elevar o padrão da formação acadêmica e da pesquisa científica no âmbito das Políticas Públicas”.

O quadro a seguir apresenta os trabalhos selecionados, os autores, as palavras-chave e o ano da publicação dos trabalhos nos eventos.

Quadro 1 - Buscas JOINPP 2019 – 2021- 2023

TÍTULO	AUTOR (ES)	PALAVRAS - CHAVE	ANO
--------	------------	------------------	-----

Convivência familiar e comunitária como prioridade no trabalho do Serviço Social no âmbito do acolhimento institucional.	Ana Carolina de Sá Queiroz; Polyana Bastos de Oliveira.	Seguridade Social, Acolhimento Institucional.	2019
O novo olhar sobre o acolhimento de crianças e adolescentes após a Constituição Brasileira de 1988.	Mericelly Bastos Vilela	Infância, Juventude, Política, Acolhimento, Proteção Integral.	2019
Transtornos mentais e o acolhimento institucional de adolescentes: desafios e reflexões sobre esta prática.	Mariana Martins Coelho Almeida Nunes; Maria de Jesus da Conceição	Acolhimento, Saúde, Mental, Desafios, Sofrimento Psíquico.	2019
Os desafios da atuação profissional de assistentes sociais na alta complexidade do SUAS: uma análise sobre o acolhimento institucional para crianças e adolescentes.	Iris Rodrigues da Silva; Juscélia dos Anjos Ferreira	Serviço Social, Exercício profissional, Acolhimento institucional.	2021
O desafio da proteção integral às crianças e adolescentes em Um acolhimento institucional de Fortaleza - CE.	Fernanda Gomes Duarte Cavalcante Anselmo	Criança e Adolescente, Assistência Social, Acolhimento Institucional.	2021
Acolhimento institucional em São Luís - MA de crianças e adolescentes oriundos de outros municípios: os desafios para garantia da convivência comunitária e reintegração familiar.	Maria de Jesus da Conceição	Acolhimento Institucional, Convivência Familiar, Reintegração Familiar.	2021
A garantia dos direitos de crianças e adolescentes do serviço de acolhimento institucional de Parintins/AM sob a articulação da rede de proteção.	Ingrid Caroline Alves Piedade; Dayana Cury Rolim	Garantia de Direitos, Rede de Proteção, Crianças e Adolescente, Serviço de acolhimento institucional.	2021
Crianças e adolescentes em acolhimento institucional: uma discussão sobre a penalização das famílias pobres.	Ana Paula Rodrigues Alves; Jéssica Batista Maciel	Institucionalização; criança e adolescente; famílias	2023
Criminalização da Pobreza, Discriminação Racial e	Fabiola da Silva Pereira; Maria	Acolhimento institucional;	2023

Acolhimento Institucional.	Gerlane da Silva Andrade; Ariane Andrade da Silva; Mariana Lima dos Santos; Terçália Suassuna Vaz Lira	criminalização da pobreza; criança.	
Estudo Social no Contexto Pandêmico: uma análise do fluxo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes em abrigos no município de Aracaju /SE.	Maria Suelen Santos; Daniele Ribeiro Dantas; Milene Fernandes Barroso	Fluxo de acolhimento institucional; rede socioassistencial; pandemia.	2023
O Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes negros: expressões das desigualdades de raça, gênero e classe.	Daiane Dantas Barreto; Angela Ernestina Cardoso de Brito	Acolhimento institucional, crianças e adolescentes negros, mulheres negras.	2023
Serviço de Acolhimento Institucional e Questão Social: Articulações e Interseções.	Maria de Jesus da Conceição; Mariana Martins Coelho de Almeida Nunes; Maria do Amparo Monteiro de Melo Seibel	Acolhimento institucional, questão social, criança e adolescente.	2023
Proteção social a criança e adolescentes acolhidos: possibilidades a partir da articulação do trabalho em rede.	Debora Moreira Valente; Eloana Araújo Silva; Juliana Thimóteo Nazareno	Criança e adolescente, trabalho em rede, seguridade social.	2023

Fonte: elaborado pela autora

A busca no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) ocorreu na XVI edição, com tema **“40 anos da ‘Virada’ do Serviço Social”**, o evento aconteceu em Brasília entre os dias 30 de outubro e 3 de novembro de 2019, nessa edição foram selecionados seis (06) trabalhos; da mesma forma, a busca ocorreu na XVII edição do Congresso Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) tendo como tema **“Crise do Capital e Exploração do Trabalho em Momento Pandêmico: repercussões no Brasil e na América Latina”**, nessa edição, ocorrida entre os dias 11 e 13 de outubro de 2022, foram selecionados quatro (04), totalizando dez (10) trabalhos encontrados entre todos os aprovados nas duas edições mencionadas acima e conforme está organizado no quadro a seguir:

Quadro 2 - Buscas CBAS 2019-2022

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR (ES)</b>	<b>PALAVRAS-CHAVE</b>	<b>ANO</b>
Acolhimento institucional em Poxoréo, Mato Grosso: uma observação sobre os modos de vida e arranjos familiares.	Iris Rodrigues da Silva	Acolhimento institucional, Arranjos familiares, Violação de direitos.	2019
Acolhimento institucional para crianças e adolescentes e políticas públicas: violação de direitos da família ou do Estado?	Solange Fernandes; Leidiane de Jesus Martins.	Serviços de Acolhimento, Políticas Públicas, Violação de Direitos, Família, Crianças e Adolescentes.	2019
A instrumentalidade do serviço social nas decisões judiciais: uma análise a partir dos processos de acolhimento institucional da Comarca de São Fidélis (RJ).	Bárbara Carlos Souza	Serviço Social, Instrumentalidade, Acolhimento Institucional.	2019
Filhos do abandono: uma análise social de crianças e adolescentes institucionalizados.	Aline Cristina Vieira da Cunha	Abandono, Crianças e adolescentes, Institucionalização, Proteção integral.	2019
A importância do planejamento das ações frente a medida protetiva de acolhimento institucional para adolescentes.	Jociane Souza Silva; Bruno Xavier Campos; Simone Silva; Victor Tavares Batista; Rodrigo de Oliveira Bastos Trotta.	Acolhimento institucional, Adolescentes, Planejamento, Direitos.	2019
Reflexões e análises críticas sobre o estágio supervisionado no acolhimento institucional na cidade de Parnaíba - PI.	Mariana Rocha Menezes; Aldilete de Freitas Santos	Estágio, Acolhimento Institucional, Trabalho Direitos.	2019
Acolhimento institucional de crianças e adolescentes e as dimensões da competência	Fernanda Escobar Fernandes Barbosa	Acolhimento institucional, Crianças e	2022

profissional do trabalho das(os) assistentes sociais.		adolescentes, Trabalho da/o assistente social, Dimensões da competência profissional.	
As expressões da questão social no acolhimento institucional.	Amanda Meneses Dos Santos; Valter Martins	Acolhimento Institucional, Questão Social, Estado Mínimo, Família.	2022
Desafios da política de assistência social: reflexões a partir da realidade dos serviços de acolhimento institucional.	Márcia Cristina Campos	Assistência Social, Proteção Social, Acolhimento Institucional.	2022
Processo de implementação do serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes – SAICA acolhimento inicial no município de São Paulo: anverso da questão social.	Priscila Monteiro	Acolhimento Institucional, Questão Social, Política Social.	2022

Fonte: elaborado pela autora

A busca usando os descritores acolhimento institucional e criança e adolescente ocorreu no II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas (II SINESPP 2018) com o tema “**Estado e Políticas Públicas no contexto de contrarreformas**”, evento ocorrido entre os dias 20 e 22 de junho de 2018, nesse evento foi possível selecionar cinco (05) trabalhos; Já na busca do III Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas (III SINESPP 2020), com o tema “**Democracia, Desigualdades Sociais e Políticas Públicas no Capitalismo Contemporâneo**”, evento ocorrido entre os dias 21 e 25 de outubro de 2020, foram selecionado dois (02) trabalhos; diante da busca no IV Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas (IV SINESPP 2022), com o tema: “**Desigualdades e Políticas Públicas: (des) proteção social, (in) incertezas e resistências**” que aconteceu entre os dias 23 e 26 de agosto de 2022, foi selecionado somente um (01) trabalho. A pesquisa nos eventos do SINESPP II, III e IV foram selecionados o total de oito (08) trabalhos que apresentavam o tema do acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

A primeira edição do SINESPP aconteceu em 2010, uma iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI. Em 2016 o SINESPP passa a ser um Evento Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas, tendo como objetivo ser um espaço de conhecimentos científicos e de participação para alunos e profissionais que tenham interesse no debate e na divulgação de suas pesquisas.

Quadro 3 - Buscas SINESPP 2018- 2020- 2022

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR (ES)</b>	<b>PALAVRAS - CHAVE</b>	<b>ANO</b>
Do abrigamento ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes: análise da situação piauiense	Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger	Abrigamento, Crianças e adolescentes, Acolhimento institucional.	2018
Legislação de proteção à infância e o acolhimento institucional no Brasil	Ikássia Brisa Rodrigues Ferreira	Legislação brasileira, Acolhimento institucional, Crianças.	2018
O trabalho social com famílias nos serviços de acolhimento institucional no estado do Piauí	Nádyá Ferreira de Freitas	Institucionalização, Trabalho com famílias, Reintegração.	2018
(RE) Produção de famílias “incapazes”: à convivência familiar de crianças e adolescentes institucionalizados	Gracielle Feitosa de Loiola Cardoso	Acolhimento institucional, Família, Convivência familiar, política de assistência social.	2018
Serviço de acolhimento de crianças e adolescentes em organizações não governamentais em Teresina- PI	Gabriela de Sousa Silva	Serviço de acolhimento institucional, política de assistência social, criança e adolescente.	2018
A conjuntura sociopolítica atual e os seus impactos na política da infância e adolescência: o acolhimento integral e o novo reordenamento institucional de crianças e adolescentes face à criminalização da pobreza.	Jussara de Melo Ferreira; Uélma Alexandre do Nascimento; Flávio Antônio Santos; Gilmara de Melo Ferreira.	Acolhimento, Crianças e adolescentes, Proteção especial, Garantia de direitos.	2020

Rede de proteção social a crianças e adolescentes em acolhimento institucional e à sua família	Ana Valéria Matias Cardoso	Rede, Proteção Social, Criança e Adolescente, família.	2020
Acolhimento, Destituição do Poder Familiar e os Impactos na Constituição da Criança	Bruna Rafaela Rodrigues Martins; Fatima Ali Abdalah Abdel Cader-Nascimento	Acolhimento Institucional, Criança, Escuta, Subjetivação.	2022

Fonte: elaborado pela autora

O evento do 6º Encontro Internacional de Políticas Social e 13º Encontro Nacional de Política Social (EIPS/ENPS 2018), com o tema **“Duzentos anos depois: a atualidade de Karl Marx para pensar a crise do capitalismo”**, ocorrido dia 4 a 7 de junho de 2018, foram selecionados seis (03) trabalhos; a busca no evento do 7º Encontro Internacional de Política Social e 14º Encontro Nacional de Política Social (EIPS/ENPS 2019), com o tema: **“Contrarreformas ou revolução: respostas ao capitalismo em crise”**, ocorrido entre os dias 03 e 06 de junho de 2019, teve apenas um (01) trabalho selecionado; da mesma forma foi feita a busca no 8º Encontro Internacional de Política Social e 15º Encontro Nacional de Política Social (EIPS/ENPS 2020), com o tema: **“Questão Social, Violência e segurança Pública: desafios e perspectivas”**, ocorrido entre os dias 08 e 11 de junho de 2020, sendo selecionados dois (02) trabalhos; o evento do 9º Encontro Internacional de Política Social e 16º Encontro Nacional de Política Social (EIPS/ENPS 2023), com o tema **“A Política Social na Crise Sanitária Revelando outras Crises”**, ocorrido de 13 a 15 de junho de 2023 teve somente um (01) trabalho selecionado. Os eventos do (EIPS/ENPS 2018), (EIPS/ENPS 2019), (EISP/ENPS 2020) e (EIPS/ENPS 2023) tiveram o total de sete (07) trabalhos selecionados com o tema do acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

O Encontro Internacional de Política Social e Encontro Nacional de Política Social (ENPS) faz parte do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPS-UFES).

Quadro 4 - Buscas EIPS/ENPS 2018-2019-2020-2023

TÍTULO	AUTOR (ES)	PALAVRAS - CHAVE	ANO
Acolhimento Institucional: Aspectos históricos,	Arony Silva Cruz Paiva, Bruna	Acolhimento institucional,	2018



responsabilização das famílias e suas nebulosas motivações	Aparecida Pavosky Mulinari, Liliâne Moser	famílias, Estado, questão social.	
Acolhimento institucional de crianças e adolescentes no município de Vila Velha	Tiago Rodrigo Santos de Sena, Karla Conceição Chaves, Tuany Godoi Pin, Raquel de Matos Lopes Gentili	Criança e adolescente, acolhimento institucional, política de assistência social.	2018
Acolhimento de crianças e adolescentes: Reflexões sobre a medida de proteção no Rio Grande do Sul	Mariele Aparecida Diotti, Rosa Maria Castilhos Fernandes	Acolhimento de crianças e adolescentes, censo SUAS, serviço de acolhimento.	2018
Prática de acolhimento conjunto, filhos e suas mães.	Luciana D. Belo Santos	Acolhimento institucional, Criança e Adolescente, Convivência Familiar, Direitos Fundamentais, Manutenção de vínculo.	2019
Crianças e adolescentes com deficiência e os desafios às instituições de acolhimento.	Anicésio Gomes da Silva Neto; Renata Cristina do Nascimento Araújo; Norize Helena Penha Filha	Crianças e Adolescentes com Deficiência, Acolhimento Institucional, Sistema de Garantia de Direitos	2020
Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: constituindo a morada	Juliana Thimóteo Nazareno Mendes; Letícia Dias Ramos	Acolhimento Institucional, Criança e adolescente, Moradia.	2020
Serviço Social, justiça e infância: Ações psicossociais e jurídicas	Thais de Souza Soares, Cristina Bonfim Fernandez, Alcione Pereira Teles	Infância e juventude, Acolhimento institucional.	2023

Fonte: elaborado pela autora

### 3.2 ANÁLISE DOS TRABALHOS COMPILADOS PARA O EIXO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E A PROTEÇÃO SOCIAL

Este eixo tem como finalidade analisar a proteção social no acolhimento institucional. Nessa direção, busca-se apreender e extrair o que os autores trazem em seus relatos que pode aprofundar a temática da criança e do adolescente institucionalizado. Os trabalhos estão referenciados de um (01) a dezenove (19), conforme o número disposto no quadro que compõe esse eixo, visto que, facilitará a apresentação dos textos na composição da análise.

Quadro 5 - Eixo Acolhimento Institucional e Proteção Social

<b>TÍTULO DOS TRABALHOS</b>
1. Desafios da Política de Assistência Social: reflexões a partir da realidade dos serviços de acolhimento institucional.
2. Prática de Acolhimento Conjunto, Filhos e Suas Mães.
3. Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes: constituindo a morada.
4. Serviço de acolhimento de crianças e adolescentes em organizações não governamentais em Teresina- PI
5. Do abrigo ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes: análise da situação piauiense
6. O Novo Olhar Sobre o Acolhimento de Crianças e Adolescentes Após a Constituição Brasileira de 1988.
7. Acolhimento Institucional em Poxoréo, Mato Grosso: Uma Observação sobre os Modos de Vida e Arranjos Familiares.
8. Serviço de Acolhimento Institucional e Questão Social: articulações e intersecções
9. (RE) Produção de famílias “incapazes”: paradoxos à convivência familiar de crianças e adolescentes institucionalizados.
10. As Expressões da Questão Social no Acolhimento Institucional
11. Processo de Implementação do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – SAICA Acolhimento Inicial no Município de São Paulo: anverso da questão social
12. A Conjuntura Sociopolítica Atual e os Seus Impactos na Política da Infância e

Adolescência: o acolhimento integral e o novo reordenamento institucional de crianças e adolescentes face à criminalização da pobreza.
13. Acolhimento Institucional: aspectos históricos, responsabilização das famílias e suas nebulosas motivações.
14. Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes no Município de Vila Velha.
15. Acolhimento de Crianças e Adolescentes: reflexões sobre a medida de proteção no Rio Grande do Sul.
16. Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional: uma discussão sobre a penalização das famílias pobres.
17. Criminalização da Pobreza, Discriminação Racial e Acolhimento Institucional.
18. O Acolhimento Institucional de Crianças Negros: expressões das desigualdades de raça, gênero e classe.
19. Estudo Social no Contexto Pandêmico: uma análise do fluxo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes em abrigo no município de Aracaju /SE.
<b>Total de trabalhos selecionados:19</b>

Fonte: elaborado pela autora

O acolhimento institucional para crianças e adolescentes é uma medida de proteção que está inserida na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, da Política Nacional de Assistência Social, está regulamentado pela Normativa Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS), resolução nº 33 de 22 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Diante disso, Costa e Ferreira (2012), discorrem que:

Os serviços de proteção social especial de alta complexidade constituem-se através do serviço de acolhimento institucional, que é ofertado considerando a especificidade do ciclo de vida e das contingências sociais; e inclui a oferta de serviços integrais, com procedimentos de escuta, acolhimento, inclusão na rede de serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas e um trabalho que se volte para o desenvolvimento da autonomia e a reconstrução dos vínculos familiares e comunitários. (Costa; Ferreira, 2012, p. 26)

Os textos cinco (05), seis (06), oito (08), onze (11) e doze (12) trazem o processo histórico da institucionalização e caracterizam a proteção para crianças e adolescentes no Brasil. Nesse sentido, o texto cinco (05) apresenta a análise do

processo da passagem do abrigo ao acolhimento institucional no estado piauiense. O estudo aponta que o Estado do Piauí seguiu o que as outras províncias do império estavam desenvolvendo nas capitais, e criaram em 1847, o Estabelecimento de Educandos Artífices para atender os meninos pobres e desvalidos. Diante disso, Marcílio (1998, p.184), relata que esse período representou um ensaio para a implementação da assistência filantrópica. O objetivo exposto no texto é indicar que as instituições que atendiam essas crianças e adolescentes legitimavam a pobreza que era enfrentada por elas no abandono da rua ou em suas famílias.

O texto seis (06) apresenta as normativas para a Doutrina de Proteção Integral e as que regulamentam o acolhimento institucional como medida provisória e excepcional. Como também, os marcos legais que possibilitaram um novo olhar para a criança e para o adolescente. Nesse sentido, (Faleiros, 2005, p. 174) esclarece que: “A questão, no momento, é se, com o ECA, que considera as crianças sujeitos de direitos, e com o processo de democratização do país, houve mudanças de fato na articulação do desenvolvimento econômico desigual com as políticas para a infância.”

O texto oito (08) contextualiza quem são as crianças e adolescentes atendidos pelo serviço de acolhimento institucional, discorrendo acerca das expressões da questão social que rebatem no acolhimento de crianças e adolescentes pobres. Visto que, as famílias não acessam os bens produzidos no país para garantir a provisão de moradia, alimentação; o desenvolvimento social de caráter universal e já assegurado na Constituição de 1988, mas que não tem legitimidade nessa parcela da população. Diante desse cenário, constata-se que, como descreve Yazbek (2012) “A pobreza tem sido parte constitutiva da história do Brasil, assim como os sempre insuficientes recursos e serviços voltados para seu enfrentamento”. (Yazbek, 2012, p. 294).

O texto onze (11) aborda o acolhimento institucional de crianças e adolescentes que constroem suas histórias nas ruas, apontando para o reconhecimento da responsabilidade do Estado no enfrentamento das expressões da questão social vivenciadas por essa população, na direção da universalização de direitos. A autora propõe uma análise crítica na direção da avaliação das políticas públicas para essa população. Nessa direção, refletindo medidas que corroboram para que crianças e adolescentes não precisem estar em situação de rua, as autoras

Rizzini Barker Cassaniga (1999) sinalizam que as ações devem alcançar as famílias na melhoria das condições de vida, como também, as comunidades para fortalecer as políticas de educação e assegurar que as crianças e adolescentes estejam frequentando as escolas.

O texto doze (12) traz um estudo a partir do processo de Reordenamento Institucional previsto na Lei 12.010/09, em nível local na cidade de Campina Grande/PB. Os autores apontam, que diante das condições socioeconômicas, que dificultam o acesso a bens e serviços, ocorre o aumento das situações de pobreza e vulnerabilidade de crianças, adolescente e suas famílias.

Os textos um (01), dois (02), quatro (04), quinze (15) e dezenove (19) apresentam questões que envolvem a proteção desenvolvida no acolhimento institucional.

O texto um (01) discute os desafios da Assistência Social e os aspectos de ainda ser tratada pelo viés da caridade, da benesse e do assistencialismo, na relação entre Estado com organizações da sociedade civil ao contratá-las para assumir a gestão dos serviços socioassistenciais.

O texto quatro (04) apresenta um panorama histórico do acolhimento institucional, apontando as mudanças ocorridas, tendo como referencial de análise duas instituições não-governamentais de Teresina-PI.

O texto dois (02) aborda a convivência familiar como princípio de uma medida aplicada em acolhimento institucional em conjunto com filhos e suas mães, no município de Curitiba. As crianças e adolescentes que estão em situação de risco, violência e vulnerabilidade social, são acolhidos junto com suas mães. Para contextualizar o papel feminino e sua responsabilização frente a proteção de seus filhos, para (Teixeira; Oliveira, 2018, p. 331) “Um exemplo são as famílias monoparentais femininas, realidade que, aliada à inserção da mulher no mercado de trabalho, como provedora, abre um déficit no cuidado dos seus membros no lar, requerendo apoio estatal com serviços sociais”.

O texto quatorze (14) faz um mapeamento dos locais que oferecem o acolhimento institucional no município de Vila Velha. De igual modo, o texto quinze (15) faz uma apresentação da execução do serviço de acolhimento institucional no Estado do Rio Grande do Sul.

O texto dezenove (19) apresenta um estudo social no contexto pandêmico, no município de Aracaju/SE, destacando o alto índice de acolhimento institucional

excepcional e de urgência e a fragilização do acompanhamento familiar pela rede socioassistencial.

Os textos três (03), sete (07), nove (09), dez (10), treze (13), dezesseis (16), dezessete (17) e dezoito (18) trazem as contradições da medida de proteção no acolhimento institucional, buscando refletir os sujeitos que estão envolvidos e que são alvo desse serviço. Nessa direção, o texto três (03) traz uma reflexão feita com os acolhidos para identificar como eles percebem o ambiente. Diante disso, o estudo objetiva discutir o espaço do acolhimento pelo olhar das crianças e adolescentes, as regras de convivência destacadas pelos acolhidos e a relação com a cidade por meio da inserção em uma unidade de acolhimento.

O texto sete (07) discute os olhares que se tem sobre as famílias cujos filhos encontram-se sobre a medida protetiva do acolhimento institucional. Nesse sentido, o estudo faz uma análise da atuação dos profissionais no Serviço de Acolhimento Institucional.

O texto nove (09) faz algumas reflexões sobre a convivência familiar e as dificuldades de acesso aos serviços das famílias que têm filhos em medida protetiva de acolhimento institucional.

O texto dez (10) faz uma análise dos motivos de afastamento de muitas crianças e adolescentes de suas famílias, constatando a desresponsabilização do Estado e a culpabilização das famílias.

O texto treze (13) faz uma discussão em torno das condicionantes que colaboram para que crianças e adolescentes sejam institucionalizados no Brasil, as questões que culpabilizam a família pobre e o papel do Estado na proteção de crianças e adolescentes.

O texto dezesseis (16) faz uma reflexão observando o fato de que as famílias de crianças e adolescentes institucionalizados estão imersas em um contexto socioeconômico de difícil acesso aos direitos básicos, estando muitas vezes sem acesso as Políticas Públicas.

Os textos dezessete (17) discute a institucionalização de crianças pobres, a criminalização da pobreza e a discriminação racial. Na mesma direção, o texto dezoito (18) procura demonstrar que as dimensões de raça, gênero e classe, enquanto constitutivas do sujeito social, estão necessariamente vinculadas a realidade do acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil.

Nesse sentido, Faleiros (2005) afirma que: “A questão do desenvolvimento do país e do desenvolvimento da criança pobre passava, assim, pela imposição da ordem, pela manutenção da higiene e da raça e pela inserção no trabalho.” (Faleiros, 2005, p. 173).

Assim, as questões apresentadas nos textos refletem o esforço para dimensionar o real sentido que está por traz da medida que implica no acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil. Diante disso, é de suma importância reafirmar que o universo infantil está atravessado pelas condições favoráveis à manutenção da desigualdade social Rizzini; Barker; Cassaniga (1999).

Em continuação da análise, o próximo eixo apresenta o Serviço Social no acolhimento institucional, a ação profissional e suas implicações para desenvolver a garantia de proteção social para as crianças, adolescentes e suas famílias.

### 3.3 ANÁLISE DOS TRABALHOS COMPILADOS PARA O EIXO O SERVIÇO SOCIAL E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Este eixo tem a finalidade de desvendar a ação do Serviço Social no acolhimento institucional dentro da análise dos textos 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27. Tendo como objetivo central identificar as ações do cotidiano e refletir o exercício profissional diante dos desafios que estão postos para qualificar a intervenção.

Quadro 6 - Eixo Serviço Social no Acolhimento Institucional

<b>TÍTULO DOS TRABALHOS</b>
20. Convivência Familiar e Comunitária Como Prioridade no Trabalho do Serviço Social no Âmbito do Acolhimento Institucional.
21. Proteção Social a Criança e Adolescentes Acolhidos: possibilidades a partir da articulação do trabalho em rede.
22. Os desafios da Atuação Profissional de Assistentes Sociais na Alta Complexidade do SUAS: uma análise sobre o acolhimento institucional para crianças e adolescentes.
23. A Instrumentalidade do Serviço Social nas Decisões Judiciais: uma Análise a Partir dos Processos de Acolhimento Institucional da Comarca de São Fidélis (RJ).
24. A Importância do planejamento das Ações Frente a medida Protetiva de Acolhimento Institucional Para Adolescentes.

25. Reflexões e Análises Críticas Sobre o Estágio Supervisionado no Acolhimento Institucional na Cidade de Parnaíba - PI.
26. Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes e as Dimensões da Competência Profissional do Trabalho das(os) Assistentes Sociais.
27. O trabalho social com famílias nos serviços de acolhimento institucional no estado do Piauí
<b>Total de trabalhos selecionados:08</b>

Fonte: elaborado pela autora

Diante da ação profissional torna-se primordial conhecer os instrumentos e técnicas que permeiam o trabalho. Nesse sentido, Lacerda (2014) afirma que:

O trabalho do assistente social, portanto, consiste em uma práxis social mais complexa do que o sentido estrito do trabalho enquanto relação metabólica direta entre homem e natureza. É neste complexo universo que o assistente social se encontra no cotidiano, tendo que dar respostas teórico-práticas, enxergando as alternativas historicamente existentes, percebendo em cada uma delas as suas potencialidades e construindo um conjunto de ações que vão materializando a realidade. (LACERDA, 2014, p.31)

As ações profissionais estão condicionadas ao tempo e ao espaço que se situam, são determinadas por teleologias e causalidades que exigem uma postura crítica da realidade aparente que flexionam as amarras do imediatismo. Nesse sentido, fica evidente que:

Desvendar as condições e relações de trabalho é algo primordial para compreender os nexos causais que se interpõem na materialização do projeto ético-político da profissão, expresso também nas dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas da práxis do/a assistente social. (Costa e Madeira (2013, p.104).

Portanto, o fazer profissional implica no reconhecimento da realidade e na aquisição de conhecimento que possibilita articular saberes específicos. “Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade.” (Guerra, 2007, p.02)

Nessa perspectiva, os textos vinte e três (23), o texto vinte e quatro (24) e o texto vinte e seis (26), abordam a importância da instrumentalidade do Serviço



Social, indicam as dimensões da profissão e apontam os instrumentos utilizados pelo assistente social no acolhimento institucional. Na busca de apresentar o fazer profissional nesse espaço socioinstitucional é pertinente pontuar que: “[...] independente do instrumento que se utilize, a dimensão ético-política deve ser constantemente refletida e pensada.” (Sousa, 2008, p. 131)

O texto vinte e seis (26) relata que nas instituições de acolhimento os assistentes sociais são requisitados tanto pelas demandas institucionais quanto pelas demandas dos usuários e suas famílias. Porquanto, o profissional realiza entrevistas com familiares, crianças e adolescentes, fazem visitas domiciliares e institucionais, participam de audiências, utilizam a abordagem grupal (com crianças, adolescentes, trabalhadores da instituição, familiares, entre outros), elaboram pareceres, relatórios e estudos sociais e com outros profissionais da equipe técnica desenvolvem os Planos Individuais de Atendimentos (PIAs). O profissional também articula a rede para fazer encaminhamentos aos serviços de saúde, educação, trabalho e outros que sejam para garantir a proteção social. Diante disso, apreende-se que:

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho. (Iamamoto, 2009, p. 12)

Santos (2013) expressa que o arcabouço teórico e prático guia o profissional na sua empreitada. “Através do referencial teórico-metodológico define-se a intencionalidade e a direção social empreendida na ação, possibilitando a escolha de instrumentos e técnicas capazes de materializar essa intencionalidade.” A aplicação do conhecimento teórico permite avaliar o resultado almejado, evidenciar as condições que circundam os fatos, ampliar o olhar para além do que está aparente e fundamentar a direção da prática profissional.

O texto vinte e três (23) destaca os instrumentos mais utilizados pelo assistente social nos processos de Acolhimento Institucional. Esse profissional realiza entrevistas, visita institucional e visitas domiciliares, tendo o objetivo de conhecer a realidade atual, para quando necessário reavaliar a situação dos acolhidos. Diante disso, identificar quem tem as possibilidades de proteger àquela

criança ou adolescente que está em medida protetiva de acolhimento institucional. O profissional elabora também estudos para conhecer e construir reflexões sobre essa realidade, o laudo social e no final elabora um parecer social. O texto aponta que a instrumentalidade do Serviço Social é requisitada nas decisões judiciais que norteiam o acolhimento institucional.

O texto vinte e quatro (24) ressalta que para o profissional assistente social alcançar o objetivo do planejamento das ações, ele precisa fazer uma análise crítica quanto às demandas que perpassam o cotidiano e envolvem a sistematização da prática, deve-se apreender a realidade concreta que transcende a aparência do imediatismo e entender a relevância da compreensão da totalidade social. Destacando nesse sentido, o tempo de estudo, a avaliação, a troca de conhecimento com a equipe técnica e com a rede de proteção e a análise dos resultados. Nessa direção, Souza e Azeredo (2004) afirmam que no espaço cotidiano o profissional deve ter uma ação investigativa. Para tanto, é imprescindível que duas atitudes façam parte da conduta desse profissional:

A primeira diz respeito a necessidade de dizer não ao senso comum, aos pré-conceito, aos pré-juízos, aos fatos cotidianos que nos cercam; a segunda diz respeito a capacidade de interrogar sobre o que são as coisas, os fatos etc., mas também, dos porquês. Essas duas posturas constituem o que poderíamos chamar de atitude crítica frente à realidade de trabalho. Isso impede que nos coloquemos diante da prática com atitudes conservadoras e inativas. (Souza; Azeredo, 2004, p. 55)

Com base nos textos vinte (20) e o texto vinte e um (21) encontra-se direcionamentos e prioridades de atuação que o profissional assistente social deve ter para alcançar os objetivos que visam a preservação dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes atendidos no serviço de acolhimento institucional.

As autoras do texto vinte (20) fazem uma reflexão da atuação profissional na garantia do direito a convivência familiar e comunitária das crianças acolhidas, tendo como prioridade a reinserção à família de origem. Para tanto, o texto relata que à atuação do Serviço Social tem foco nos princípios de Excepcionalidade, Provisoriamente do Afastamento do Convívio Familiar e Comunitário. Diante disso, apontam que o trabalho é realizado em conjunto com a rede socioassistencial por meio de contato direto com as demais políticas. Nesse sentido, indicam que o posicionamento profissional deve ser pautado no Código de Ética profissional, na lei de regulamentação da profissão e suas competências técnicas e éticas.

O texto vinte e um (21) apresenta uma reflexão da articulação em rede como possibilidade de ampliação de oportunidades de acesso à proteção social às famílias de crianças e adolescentes sob medida protetiva de acolhimento institucional. Nessa direção, o texto relata estratégias de atuação por meio de uma intervenção em rede entre os atores sociais envolvidos no processo de acolhimento e acompanhamento das famílias; aborda a importância da flexibilidade de atuação na articulação do trabalho em rede; indica o trabalho alinhado entre a rede local e o Sistema de Garantia de Direitos e centrado no desenvolvimento de ações planejadas na perspectiva da complementariedade.

Diante do trabalho em rede, Mito (2002) relata que “[...] o bem-estar passa a depender muito mais das redes formais de assistência e cuidado e também das redes secundárias[...]”. Diante disso, a autora também relata que:

Dessa forma é que se acredita que as intervenções institucionais têm resultados muito melhores quando se pode trabalhar com uma rede de relações (primárias e secundárias) nas quais os sujeitos, destinatários dos serviços, possam estar inseridos, o que implica na avaliação global dos serviços e dos recursos que existem na coletividade capazes de produzir bem-estar. A produção desse bem-estar está relacionada, prioritariamente, à interdependência recíproca e à conexão existentes entre as diversas redes. (Mito, 2002, p.56)

Diante da busca por efetivar um atendimento que rompa com a visão imediatista das situações cotidianas, é relevante compreender que: “O Trabalho com Redes pode se revestir de características predominantemente adaptativas ou de características eminentemente emancipatórias.” (Mito, 2002, p. 57). Quando se pensa em ação profissional competente na rede de atendimento social, vislumbra-se um assistente social que tem a intervenção “[...] orientada pelo projeto ético-político da categoria, no sentido de se trabalhar para a ampliação e consolidação dos direitos sociais.” Neves (2009). Nessa mesma direção, a autora também sinaliza que:

Faz-se necessário e imprescindível o conhecimento da rede existente no bairro e na cidade onde a organização está inserida assim como ter uma visão ampla, “além muros”, ou seja, conhecer os programas/organizações nos demais níveis federativos e ainda, precisa-se conhecer o usuário e suas necessidades. (Neves, 2009, p. 162)

Assim, o direcionamento do exercício profissional se embasa no Projeto Ético-Político da profissão, na leitura crítica da realidade e na apreensão do significado que a atuação profissional representa no espaço sócio-ocupacional. Nessa direção, a autora Couto (2009) relata que o profissional deve ter compreensão das condições que envolvem a sua atuação. “Portanto, é preciso reconhecer o real compromisso da profissão com o trabalho coletivo e com o atendimento às necessidades sociais.” (Couto, 2009, p. 2).

Os textos vinte e dois (22) e vinte e cinco (25) abordam os obstáculos postos para a atuação profissional no acolhimento institucional. Visto que, o trabalhador assistente social tem na sua atuação o reflexo da trajetória de busca da profissão para qualificação profissional e na disputa por espaços de trabalho. Com isso, esse processo de luta e resistência do Serviço Social, denota que esse profissional inserido no acolhimento de crianças e adolescentes deva se reconhecer nesse contexto que ampliou o horizonte no desvelamento das condições sócio-históricas da profissão. Nesse aspecto, Raichelis (2010) relata que os profissionais precisam adequar-se as normais institucionais, mas tensionam o direcionamento profissional em busca do desenvolvimento de uma ação portadora de competência. Diante disso, a autora também esclarece que:

No Brasil, notadamente a partir dos anos 1980, marco da construção do projeto de ruptura com o conservadorismo, assiste-se ao agravamento da questão social e suas dramáticas expressões a incidir no cotidiano de vida e trabalho de indivíduos, grupos, famílias, coletividades com os quais o Serviço Social trabalha, na luta pela reprodução social em suas múltiplas dimensões materiais, subjetivas, relacionais, espirituais. (Raichelis, 2010, p. 754)

O Serviço Social afirma o posicionamento profissional na busca da concretização dos direitos da classe trabalhadora e na ampliação do debate em torno das demandas sociais e de uma conduta reflexiva da profissão. Ademais, “[...] passa-se a compreender a natureza da profissão e seus objetivos na sociedade, norteando-a com princípios e diretrizes interventivas, fundamentadas e determinadas por uma direção social que tem na liberdade seu valor central” (Costa; Madeira, 2013, p. 102).

Diante dessas constatações e na perspectiva de subsidiar a compreensão das condições que norteiam a profissão, o texto vinte e dois (22) relata os desafios que o profissional enfrenta no cotidiano do acolhimento institucional, O texto destaca

que a escassez de recursos para execução das políticas reflete na falta de veículos para visitas domiciliares e institucionais, na sobrecarga dos profissionais pela falta de contratações e na insuficiência de investimentos em capacitação. Da mesma forma, o texto aponta que os profissionais são requisitados pelo judiciário a cumprirem prazos determinados para realizarem demandas imediatas, tendo pouco tempo para refletir a prática profissional de acordo com o Projeto Ético Político da Profissão.

O texto vinte e cinco (25) relata que o trabalho do assistente social se realiza por demandas complexas de violações de direitos de crianças e adolescentes, acarretando no rompimento de vínculo familiar. Diante da complexidade dessas demandas, a princípio, ocorre o choque com essa realidade, que levanta a preocupação de não acarretar mais uma situação de risco. Ademais, o texto discorre sobre o limite da atuação profissional, que advém da desresponsabilização do Estado frente às demandas sociais, como também da dificuldade de dialogar com a gestão do município. Outrossim, o vínculo empregatício precário, a falta de uma sala própria para os atendimentos e a sobrecarga de trabalho que acontece quando ultrapassado o limite de 20 crianças para uma equipe técnica.

Os textos mencionados a cima constataam que o trabalho do assistente social no acolhimento institucional está atravessado pelas demandas institucionais e na luta para que os direitos de crianças e adolescentes não sejam violados. Ainda que, mesmo sobre medida de acolhimento institucional existe uma linha fina entre proteção e violação de direitos. Nessa dinâmica está o assistente social mediando conflitos e sendo o profissional que tem um Projeto Ético Político que prisma pela efetivação dos direitos da população atendida. Ademais, os profissionais estão cercados de situações que implicam em sobre carga de trabalho e na fragmentação das demandas.

Posto isso, o próximo eixo visa identificar nos trabalhos selecionados as ações que exercem impactos sobre os direitos das crianças e dos adolescentes que estão em medida protetiva de acolhimento institucional.

#### 3.4 ANÁLISE DOS TRABALHOS COMPILADOS PARA O EIXO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E OS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A construção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil vem de uma história longa de abandono separação e sofrimento. Segundo (Rizzini, Rizzini, 2004, p.14) o país não agrupa todos os dados para se possa quantificar o quanto de crianças e adolescentes foram enclausurados ao longo da história, mas se sabe que foram várias gerações de crianças que cresceram longe da família.

Essa prática inicia-se na colônia, quando os colonizadores portugueses separavam a criança indígena de sua família para que fossem ensinados os costumes dos colonizadores, a criança negra era usada para o trabalho escravo. (Arantes, 2022, p.08)

Diante disso, num contexto histórico de institucionalização de crianças e adolescentes, a análise desse eixo tem o objetivo de identificar nos textos 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37 e 38, os direitos assegurados na Constituição Federal de 1988 e no ECA/90. Nessa direção, busca-se reafirmar os direitos em diálogo com as condições postas no acolhimento institucional.

#### Quadro 7 - Eixo Acolhimento Institucional e Direitos de Crianças e Adolescentes

<b>TÍTULO DOS TRABALHOS</b>
28. Serviço Social, Justiça e Infância: ações psicossociais e jurídicas
29. Acolhimento, Destituição do Poder Familiar e os Impactos na Constituição da Criança.
30. Transtornos Mentais e o Acolhimento Institucional de Adolescentes: desafios e reflexões sobre esta prática.
31. O Desafio da Proteção Integral à Crianças e Adolescentes em um Acolhimento Institucional de Fortaleza - CE.
32. Acolhimento institucional em São Luís - MA de crianças e Adolescentes Oriundos de Outros Municípios: os desafios para garantia da convivência comunitária e reintegração familiar.
33. A Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Serviço de Acolhimento Institucional de Parintins/AM Sob a Articulação da Rede de Proteção.
34. Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes e Políticas Públicas: violação, de direitos da família ou do Estado?
35. Filhos do Abandono: uma análise social de crianças e adolescentes institucionalizados.
36. Legislação de proteção à infância e o acolhimento institucional no Brasil.

37. Crianças e Adolescentes com Deficiência e os Desafios às Instituições de Acolhimento.
38. Rede de proteção social a crianças e adolescentes em acolhimento institucional e a sua família.
<b>Total de trabalhos selecionados:11</b>

Fonte: elaborado pela autora

O texto vinte e oito (28) apresenta uma análise reflexiva das ações psicossociais e jurídicas voltadas a crianças e adolescentes acolhidos. Já o texto vinte e nove (29), apresenta um estudo de caso de destituição do poder familiar em que foi usado a escuta cotidiana e espontânea da criança, as autoras apontam que a escuta de crianças e adolescentes que se encontram em medida de proteção no serviço de acolhimento institucional deve ser compreendida como um compromisso ético de todos os profissionais da equipe técnica.

Nesse sentido, com o objetivo de fortalecer o propósito da atenção cotidiana como forma de potencializar a ação da equipe, torna-se necessário reafirmar que esse cuidado diário oferecido a criança e ao adolescente nas instituições de acolhimento, favorecem o reconhecimento de suas potencialidades e lhes permitem crescer em harmonia para exercer a sua cidadania Rizzini; Barker; Cassaniga (1999).

O texto trinta (30) apresenta as questões que perpassam o acolhimento de crianças e adolescentes com transtornos mentais que estão em alto nível de sofrimento psíquico. As autoras problematizam os impactos desse acolhimento para a rotina de outras crianças e adolescentes que compartilham o mesmo espaço. O texto trinta e um (31) faz uma análise do serviço de acolhimento institucional no município de Fortaleza-CE, para identificar a proteção integral de crianças e adolescentes. Nessa direção, Vieira (2008) relata que:

A proteção especial a que crianças e adolescentes têm direito é declarada numa série de documentos internacionais relativos à descrição dos direitos humanos, dentre os quais vale a pena destacar: Declaração de Genebra de 1924 sobre os direitos da criança; Declaração dos Direitos da Criança adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) EM 1959; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça Juvenil (Regras de Pequim) e, principalmente, Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovado pela ONU em 1989 e ratificado pelo Brasil por meio do Decreto n. 99.710/90 (Vieira, 2008, p.186).

O texto trinta e dois (32) visa apresentar os desafios e dificuldades para a garantia da convivência familiar e por conseguinte a reintegração familiar de crianças e adolescentes que estão sob medida protetiva em município fora do seu domicílio. Diante disso, a autora analisou os dados de três instituições no período de janeiro de 2020 a julho de 2021, esses dados revelaram que nesse período as instituições receberam o total de 123 acolhidos, sendo destes, 36 acolhidos são oriundos de outros municípios.

O texto trinta e três (33) faz uma discussão em torno da garantia dos direitos de crianças e adolescentes do Serviço de Acolhimento Institucional do município de Parintins no estado do Amazonas, sob o olhar da rede de Proteção Social. Assim, com a realização de entrevistas aos operadores da rede, as autoras identificaram que a articulação da Rede Socioassistencial no município de Parintins ainda mostra fragilidades diante da viabilização dos direitos e reintegração familiar, que muitas vezes não consegue realizar o acompanhamento necessário, devido as fragilidades existentes dentro da política de atendimento voltada às crianças e adolescentes do SAICA.

O texto trinta e quatro (34) visa identificar as principais violações de direitos que acarretam no acolhimento institucional de crianças e adolescentes no município de Poá- SP. Diante disso, as autoras realizaram uma pesquisa documental dos acolhidos entre o período de dezembro de 2016 a dezembro de 2017, sendo o total de 41 crianças e adolescentes acolhidos, entre o principal motivo de acolhimento apresentado aparece a negligência com 33%, a situação de rua com 18%, conflitos familiares e entrega voluntária ficaram com 8%. Nessa direção, as autoras apontam outros dados que não constam nesse relato, mas que sinalizam para uma violação cometida pelo Estado, em primeiro lugar, contra os direitos das famílias que consequentemente resultam em outras violações contra as crianças e adolescentes, que são privados de viverem com suas famílias por uma questão de desigualdade social que delega as famílias pobres o acolhimento institucional para seus filhos como medida de proteção social. Diante desse relato, Costa e Silvestre (2020) discorrem que:

A resposta do Estado em relação às consequências da desigualdade social apresenta no Brasil características criminalizadoras e punitivas diante das situações de risco, além de mostrar-se historicamente omissa diante das



demandas apresentadas, o que aponta para a subsidiariedade da atuação estatal. (Costa; Silvestre, 2020, p.13)

O texto trinta e cinco (35) parte de uma discussão dos direitos de crianças e adolescentes institucionalizados. A autora se propõe a realizar um estudo em instituições de acolhimento do município de João Pessoa/PB que abrigam crianças e adolescentes. Consta-se que o trabalho não se encontra concluído, sendo apresentado um esboço do que se pretende realizar.

O texto trinta e seis (36) apresenta um diálogo que visa enfatizar a trajetória histórica da legislação sobre os direitos das crianças com destaque na medida de proteção do acolhimento institucional.

O texto trinta e sete (37) apresenta um estudo com o objetivo de problematizar o acolhimento institucional de crianças e adolescentes com deficiência no Brasil.

O texto trinta e oito (38) é um estudo sobre o conceito de rede na política pública, bem como apontar os desafios da continuidade dos serviços para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

Assim, os trabalhos apresentados reforçam o esforço para efetivar os direitos das crianças e dos adolescentes no acolhimento institucional. No entanto, o país nos últimos anos tem passado por um retrocesso nos direitos conquistados na CF/88 e no ECA/90. Nesse sentido, a medida de proteção no acolhimento institucional produz efeitos e pode reduzir o direito à convivência familiar e comunitária, sendo que, em muitos casos o acolhimento acontece fora da cidade de origem da criança. Nesses casos, a distância incide em dificuldade para as visitas familiares. Outrossim, apresentado é a falta de diálogo dos operadores da rede, como também a sobrecarga de trabalho dos profissionais que atuam nas instituições de acolhimento.

## 4 CONCLUSÃO

Debruçar no contexto da institucionalização de crianças e adolescentes é reafirmar as desigualdades sociais e reacender as múltiplas formas de violências que acompanham o desenvolvimento do país. As escravização, o abandono, a privação da liberdade são processos históricos que repercutem no modo de perceber o mundo e na forma de perpetuar o poder econômico e político. A infância pobre tem sido alvo dos encarceramentos em massa, de medidas cerceadoras da liberdade de expressão, como consequência, tem impulsionado a organização da sociedade na busca pela efetivação dos direitos e na ampliação das políticas públicas.

Esse trabalho se desenvolveu da busca em quatro eventos do Serviço social, entre o ano de 2018 e 2023. Sendo encontrado o total de trinta e oito trabalhos com a temática do acolhimento de crianças e adolescentes. O objetivo nessa ação estava em estabelecer uma relação de conhecimento das questões discutida pelos autores, situar no contexto histórico o serviço de acolhimento institucional, como também relacionar as condicionantes que circunscrevem essa medida de proteção que implica na retirada do convívio familiar e comunitário.

A análise apontou no eixo do acolhimento institucional e a proteção social que a Assistência Social ainda é tratada pelo viés da caridade e da beneficência, demonstrou também o crescente aumento do serviço sendo ofertado pelas organizações não governamentais. Nessa direção, os textos sinalizam que a Assistência Social tem sofrido cortes orçamentários nos últimos anos.

O eixo do acolhimento institucional e o Serviço Social demonstrou que o profissional assistente social trabalha em um contexto de demandas cotidianas que dificultam refletir a ação, visto que além do trabalho com as crianças e suas famílias estes também são chamados a responder demandas imediatas do judiciário. Contudo, o Serviço Social é uma profissão que atua estrategicamente na busca pela efetivação dos direitos e na luta pela liberdade. Outra questão a se observar é que dentre os trinta e oito (38) textos selecionados somente oito abordavam o tema do trabalho do assistente social no acolhimento institucional.

A contribuição da análise do eixo do acolhimento institucional e os direitos da criança e do adolescente apontam para a dificuldade em viabilizar o direito a convivência familiar e comunitária pela acolhida ocorrer em outro município, dificultando as visitas familiares. Outra questão discutida nos textos tem ênfase nas implicações da acolhida da criança e do adolescente que têm transtornos mentais. Ademais, articulação da rede é dificultada pela falta de diálogo entre os operadores. Diante desses apontamentos, percebe-se que o serviço de acolhimento institucional tem sido direcionado as famílias que estão privadas dos bens e serviços socialmente produzidos.

A discussão apresentada pelos textos traz elementos que indicam a dificuldade que as famílias encontram por não acessarem as políticas públicas que poderiam evitar que suas crianças e adolescentes passem por situações que resultem na medida de proteção de acolhimento institucional. Diante disso, a institucionalização passa a ser uma primeira forma pela de encaminhar as famílias para a rede socioassistencial. Diante do não acesso as políticas públicas antes da aplicação da medida de proteção do acolhimento institucional, as famílias encontram-se vulneráveis a violações de direitos e não têm os meios necessários para garantir os cuidados que assegurem um desenvolvimento das suas potencialidades como núcleo familiar.

A questão a se indagar então diz respeito ao que está acontecendo antes da aplicação da medida de proteção no acolhimento institucional. Os textos apontam para a fragilização da articulação do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Nessa direção, o eixo da promoção de direitos precisa estar cumprindo a sua função para que o direcionamento das medidas de prevenção de violação de direitos sejam aplicáveis para proteger as famílias e estas possam exercer as funções de proteção e cuidado.

Para finalizar, os textos apontam que os profissionais assistentes sociais buscam se apropriar dos instrumentos e técnicas para direcionar a sua atuação na efetivação dos direitos da criança e do adolescente atendido e sua família. Diante disso, esses profissionais têm que dar respostas as demandas cotidianas trabalhando junto com a equipe técnica, eles estão subordinados a instituição e precisam tensionar o projeto profissional com as motivações da instituição, aliado a isso existe a sobrecarga de trabalho e a preocupação em não ter uma ação que resulte em mais uma violação de direitos.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política Nacional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília, DF: ABEPSS, 2010. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311145368198230.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf). Acesso em: 23 de março de 2023.

ARANTES, E. M. de. DOS LIVRES E DOS CATIVOS – BREVES APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DAS CRIANÇAS NO BRASIL. **Serviço Social em Debate**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/6346>. Acesso em: 14 de setembro de 2023.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. **A reforma das prisões, a Lei do Ventre Livre e a emergência no Brasil da categoria de “menor abandonado”**. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/12/A\\_reforma\\_das\\_prisxes.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/12/A_reforma_das_prisxes.pdf). Acesso em: 22 de julho de 2024.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981, [tradução de Dora Flaksman]. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5525040/mod\\_resource/content/2/ARI%C3%88S.%20Hist%C3%B3ria%20social%20da%20crian%C3%A7a%20e%20da%20fam%C3%ADlia\\_text.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5525040/mod_resource/content/2/ARI%C3%88S.%20Hist%C3%B3ria%20social%20da%20crian%C3%A7a%20e%20da%20fam%C3%ADlia_text.pdf). Acesso em: 22 de julho de 2024.

BAPTISTA, M. V. **Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 109, jan/mar.2012. Pág. 179-199.

Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n109/a10n109.pdf>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

BARROCO, Maria Lucia S. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 106, abr./jun. 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL, Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 21 de julho de 2023.

BRASIL, Senado Federal. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990** - dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 21 de julho de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Concepção e Gestão da Proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília-DF, 2009. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/concepcao\\_gestao\\_protecaosocial.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protecaosocial.pdf). Acesso em: 09 de setembro de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, DF: MDS/SEDH, 2006. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Plano\\_Defesa\\_CriançasAdolescentes%20.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf). Acesso em 21 de julho de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretária Especial dos Direitos Humanos. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, DF: MDS/SEDH, 2009. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf). Acesso em 21 de julho de 2023.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS\\_2012.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf). Acesso em: 21 de julho de 2023.

BRESSAN, Carla Rosane. **Infância e adolescência: entre avanços e retrocessos, um longo caminho para a garantia dos direitos da criança e adolescente**. Sistematização da exposição realizada na Sessão Temática do dia 21 de maio de 2016 no 4º SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/Upload/Pics/df/dfd22d24-8740-42e4-89ef-a1044ffd8ac6.pdf>. Acesso em: 28 de março de 2021.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Resolução nº 113/2006**. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conanda. D.F. Disponível em: <https://www.direitosdacrianca.gov.br/conandaresolucao-113-de-19-de-abril-de-2006/view>. Acesso em: 28 de março de 2021.

CORTES DA COSTA, L.; PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE, L. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Política de Assistência Social: Reflexões sobre o direito à proteção social** (Statute of Children and Adolescents and Social Assistance policy: thinking about the right to social protection). Emancipação, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 20, p. 1–16, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/16459>. Acesso em: 13 de setembro de 2023.

COSTA, Renata Gomes; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. **Trabalho, Práxis e Serviço Social**. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000100011>. Acesso em: 28 de julho de 2024

COUTO, Berenice R. Formulação de Projeto de Trabalho Profissional in: SERVIÇO Social: direitos sociais e Competências Profissionais, Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

DEGENSZAJN, Raquel Raichelis; COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita. **O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: apresentando a pesquisa, problematizando a política social**. Revista de Políticas Públicas, v. 16, p. 453–460, 3 Mai 2013 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1398>. Acesso em: 12 de julho de 2024.

FALEIROS, V. P. Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento. Boletim: Políticas Sociais - acompanhamento e análise. IPEA, n. 11, ago. 2005, p. 171-177. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4569/1/ps\\_n.11\\_ENSAIO1\\_Vicente11.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4569/1/ps_n.11_ENSAIO1_Vicente11.pdf) Acesso em: 23 de junho de 2024.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Caderno do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, “Capacitação em Serviço Social e Política Social. CFESS/ABEPSS- UNB, 2000. Disponível em: <https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/instrumentos-e-tecnicas-de-intervencao/texto-instrumentalidade-yolanda-guerra/view>. Acesso em: 10 de julho de 2024.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katalysis, v. 10, p. 35-45, 2007.

MACHADO, Martha de Toledo. **A Proteção Constitucional de Criança e Adolescente e os Direitos Humanos**. Barueri: Ed. Manole, 2003.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da criança abandonada**. Editora Hucitee Ltda, São Paulo, 1998.

NEVES, Marília Nogueira. **Rede de atendimento social: uma ação possível?** Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 147-165, 2009. Disponível em: [www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica](http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica). Acesso em: 19 de junho de 2024.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <http://www.ct.ufpb.br/lacesse/contents/documentos/legislacaointernacional/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-1948.pdf/view>. Acesso em: 25 de outubro de 2023.

PAVIANI, Jayme. **Epistemologia prática: ensino e conhecimento científico**. Caxias do Sul: EDUCS, 2009

PEREIRA, Potyara A. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**. In. Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 87 – 108.

RAICHELIS, Raquel. **Intervenção profissional do Assistente Social e as Condições de Trabalho no SUAS**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 104 p. 750-772. out./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n104/10.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2024.

RAICHELIS, Raquel. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/cSK3XgKgNLzD8NJPYJbvH5R/?format=pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2024.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIZZINI, Irene (coord.). **Acolhendo Crianças e adolescentes: experiências de Promoção de Direito à Convivência Familiar e Comunitária no Brasil**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2006.

Rizzini, Irene **O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil** /. Rio de Janeiro: Ed. Univ. Santa Úrsula: Amais Liv. e Ed., 1997.

RIZZINI, Irene; BARKER, Gary; CASSANIGA, Neide. **Políticas sociais em transformação: crianças e adolescentes na era dos direitos**. Educ. Rev., Curitiba, n. 15, p. 125-133, 1999. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40601999000100012&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601999000100012&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 05 de julho de 2024.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004.

SANTOS, C. M. dos. **A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas do Serviço Social**. Revista Conexões Geraes. CRESS 6ª região. A dimensão técnico operativa do Serviço Social. v. 2, n. 3, p. 25-30, 2º semestre de 2013. Disponível em: <https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/silvana.marinho/disciplina->

instrumentos-e-tecnicas-de-intervencao/unid-1-unidade-i-servico-social-instrumentalidade-e-a-relacao-entre-teoria-e-pratica/texto-3-santos-claudia-monica-a-dimensao-tecnico-operativa-e-os-instrumentos-e-tecnicas-no-servico-social-revista-conexao-geraes-no3-2o-sem-2013-p-25-30. Acesso em: 27 de abril de 2024.

SILVA, Maria L. Lopes. **Previdência Social um direito conquistado: resgate histórico, quadro atual e propostas de mudanças**. 2. ed. ver. ampl. e atual. Brasília. ed. Do autor, 1997.

SOUSA, Charles T. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. In: Revista Emancipação, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em: <https://cressrn.org.br/files/arquivos/k7maNx2767S70XHK8137.pdf>. Acesso em: 03 de maio de 2024

SPOSATI, Aldaíza. **Assistência Social: de ação individual à direito social**. Revista Brasileira de Direito Constitucional, [S.l.], v. 10, p. 435-458, dez. 2007. ISSN 1983-2303. Disponível em: <https://www.esdc.com.br/seer/index.php/rbdc/article/view/218/211>. Acesso em: 21 julho de 2024.

TEIXEIRA, S. M.; SILVA. **Políticas Sociais no Brasil: A histórica (e atual) relação entre o “público” e o “privado” no sistema brasileiro de proteção social**. Sociedade em Debate, Pelotas, 13(2): 45-64, jul.-dez./2007. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/400>. Acesso em: 23 de junho de 2024.

TEIXEIRA, Solange M. **Família e proteção social: uma relação continuamente (re)atualizada**. In: TEIXEIRA, S. M. *A Família na Política de Assistência Social: concepções e tendências do trabalho social com família nos CRAS de Teresina – PI*. Teresina: EDUFPI, 2013, p.23-41.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. Política social e democracia: reflexões sobre o legado da seguridade social. Cadernos de Saúde Pública, v. 1, n. 4, p. 400–417, dez. 1985.

TEIXEIRA, Solange Maria. **A família na trajetória do sistema de proteção social brasileiro: do enfoque difuso à centralidade na política de Assistência Social**. Emancipação, Ponta Grossa, 10(2): 535-549, 2010. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>. Acesso em: 21 de junho de 2024.

TRINDADE, Rosa Lúcia P. **Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais**. In: SANTOS, Cláudia M; BACKX, S; GERRA, Y. (Orgs). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. São Paulo, 2016.

VALENTE; Jane. **O direito de crianças e de adolescentes à convivência familiar e comunitária: 30 anos do estatuto da criança e do adolescente**. Revista Humanidades em Perspectivas | v. 2, n. 4 | Edição Especial “30 anos do ECA” – 2020. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revista-humanidades/index.php/revista-humanidades/article/view/113/58> Acesso em: 25 de maio de 2024.



VENÂNCIO, R. P. **Famílias abandonadas. Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador- séculos XVIII e XIX.** Campinas – SP: Papyrus, 1999.

VERONESE, Josiane Rose. **A Proteção Integral da Criança e do Adolescente no Direito Brasileiro.** Rev. TST, Brasília, vol. 79, no 1, jan/mar 2013. Disponível em: [https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/38644/003\\_veronese.pdf](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/38644/003_veronese.pdf). Acesso em: 25 de maio de 2024.

VIEIRA, Cleverton Elias. **Da categoria menor à categoria criança e adolescente: o advento da Doutrina Jurídica da Proteção Integral.** In: Educação em direitos humanos: discursos críticos e temas contemporâneos. Florianópolis, Ed. UFSC, 2008, Pag.181-191.

YASBECK, M. Carmelita. **Estado e políticas sociais.** Praia Vermelha, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 18, n. 1, 2008. Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/36489940/yazbekmariacarmelita-estado\\_e\\_polticas\\_sociaislibre.pdf?1422893610=&-content-disposition=inline%3B+filename%3DESTADO\\_E\\_POLITICAS\\_SOCIAIS.pdf](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/36489940/yazbekmariacarmelita-estado_e_polticas_sociaislibre.pdf?1422893610=&-content-disposition=inline%3B+filename%3DESTADO_E_POLITICAS_SOCIAIS.pdf) Acesso em:23 de maio de 2023

YAZBEK, M. C. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil.** Revista Temporalis. ABEPSS, ano II, nº 3, págs. 33 - 40, janeiro-junho/2001. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis\\_n\\_3\\_quest\\_ao\\_social-201804131245276705850.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_quest_ao_social-201804131245276705850.pdf). Acesso em 21 de julho de 2023.